

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA**

Maurício Pietrobelli da Silveira

**Greve Geral de 1917 e os operários catarinenses:
uma leitura a partir dos jornais**

Florianópolis
2018

Maurício Pietrobelli da Silveira

**Greve Geral de 1917 e os operários catarinenses:
uma leitura a partir dos jornais**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Gradua-
ção em História do Departamento
de História da Universidade Fede-
ral de Santa Catarina como requisi-
to para obtenção do título de Ba-
charel e Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinhei-
ro Machado

Florianópolis
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Maurício Pietrobelli da Silveira, matrícula n.º 12101859, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Greve Geral de 1917 e os operários catarinenses: uma leitura a partir dos jornais", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2018.

Orientador
Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

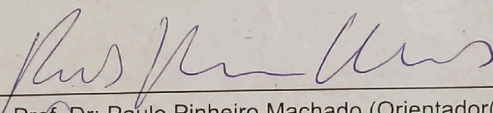


Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

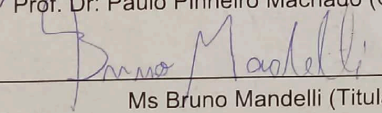
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às 14 horas e 00 minutos, na sala 11 HST, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado (Orientador(a) e Presidente); Ms Bruno Mandelli (Titular); Prof. Dr: Henrique Espada Lima Filho (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 52/HST/CFH/2018, a fim de argüirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Maurício Pietrobelli da Silveira, intitulado: **“Greve Geral de 1917 e os operários catarinenses: uma leitura a partir dos jornais”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o Acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado, nota 9,0, Ms Bruno Mandelli, nota 9,0, Prof. Dr: Henrique Espada Lima Filho, nota —, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 9,0. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 04 de dezembro de 2018. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 30 de novembro de 2018

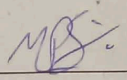


Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado (Orientador(a))



Ms Bruno Mandelli (Titular)

Prof. Dr: Henrique Espada Lima Filho (Suplente)



Maurício Pietrobelli da Silveira (Acadêmico)

*Dedico essa pesquisa à memória do povo
catarinense, que como os demais povos do
mundo enfrenta mandos e desmandos
cotidianamente na sua luta por condições
de vida dignas. Também dedico àqueles que
passaram por minha vida e me
impulsionaram à estar do lado das lutas de
nosso povo.*

AGRADECIMENTOS

Neste mesmo ano, da conclusão de minha graduação em História, cerca de meados de abril, fui a sala do professor Paulo Pinheiro Machado, meu orientador, em busca de trocar ideias sobre algumas possibilidades que havia pensado para o meu TCC. Saí de lá quase certo da sugestão dada, o que, logo em breve, se transformaria nessa pesquisa. Para além de agradecer pela orientação, sem a qual não teria sido possível desenvolver este, gostaria de agradecer em especial ao apoio que me deu ao aceitar contribuir com essa pesquisa mesmo o procurando com os prazos bastante reduzidos.

Gostaria de agradecer, de forma bastante ampla, para não incorrer no risco de esquecer ninguém, às amigas e amigos que fiz no decorrer da minha jornada nesta graduação. Alguns passaram rapidamente e outros ainda fazem parte do cotidiano, mesmo assim, nestes momentos que marcam o fim deste ciclo, lembro de muitos de vocês e de variados momentos importantes que passamos juntos nestes longos sete anos letivos.

Precisamente preciso agradecer à algumas pessoas que marcaram, de forma especial esses anos. Nesse sentido, agradeço aos meus camaradas de Juventude Comunista Avançando e Polo Comunista Luiz Carlos Prestes. Vocês me ensinaram e me ensinam valorosos saberes e me mantém animado para o dia à dia de lutas ao lado de nosso povo. Esse trabalho é fruto também destes valores que compartilhamos.

Não poderia me esquecer de uma pessoa especial. Meus últimos anos de graduação foram, de certa forma, um “teste de paciência”. Por vezes quis desistir. Apesar de minha paixão pela História e seu estudo sistematizado, o futuro como historiador as vezes pode parecer um tanto desanimador. Você me ajudou a me manter focado e terminar esse curso, sempre me “injetando” ânimo quando ele parecia faltar. Não menos importantes foram nossos, mesmo que poucos, debates políticos; sem dúvida influenciaram na minha formação. Meu muito obrigado Ananda, você me acompanhou durante três anos de forma extremamente próxima, não poderia deixar de agradecer seu fundamental apoio.

Por fim, gostaria agradecer especialmente à minha mãe, pai e irmã. Mãe e pai, sem vocês não teria chego até aqui. O esforço de vocês para que eu e Lívia pudéssemos estudar e chegar nesse momento, de terminar um curso de nível superior, sempre será lembrado. Mas mais ainda, obrigado por terem dado as bases éticas e morais que me impulsionam hoje nessa caminhada por uma vida digna e justa para todos. O esforço de vocês, nos mais variados aspectos do nosso cotidiano familiar nunca serão esquecidos, sou e serei sempre grato por cada esforço empreendido. Lívia, muito obrigado, mesmo em meio à tantas discussões e

provocações durante a infância e adolescência - hoje em dia também - sua presença sempre foi importante, seu jeito turrão de dizer algumas coisas também me ajudaram à chegar aqui.

RESUMO

A presente pesquisa pretende demonstrar por meio do estudo de jornais catarinenses de 1917 como se desenvolveu e se relacionou o movimento grevista em Santa Catarina durante a Greve Geral do mesmo ano. Buscando tratar de uma lacuna na historiografia sobre o estado, procura-se dar vazão as demandas dos grevistas e demonstrar como os grupos de poder locais procuravam combater os grevistas e defender seus interesses de classe. Procurasse articular os possíveis elementos de proximidade e distanciamento entre o movimento catarinense e o movimento nacional, assim procurando dar visão as especificidades dos grevistas no estado. Utilizando-se de jornais ligados a grupos econômicos políticos catarinenses, sejam; *O Dia* e *O Estado*, de circulação estadual, e *A Comarca* e *Gazeta do Commercio*, de circulação na região de Joinville, foi feita uma pesquisa nestes por termos que remetessem ao movimento grevista nacional, tais quais: operários, paredista, grevista e greve. Estes foram usados como fonte de pesquisa e foram discutidos a partir de bibliografia específica sobre a Greve Geral de 1917, tanto no que diz respeito ao movimento nacional e assim como para o movimento catarinense. Pode-se perceber que haviam algumas demandas comuns entre o movimento nacional e o local, no que diz respeito à questões das condições de trabalho e pagamento salarial, assim como no problema da moradia e da inflação dos gêneros básicos alimentares. Assim como uma postura diferente da atividade grevista, menos agressiva, quando comparada com estados como Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Greve Geral, 1917, Santa Catarina, movimento operário.

ABSTRACT

The present research intends to demonstrate by means of the study of newspapers of Santa Catarina of 1917 how was developed and was related the striking movement in Santa Catarina during the General Strike of the same year. Seeking to address a gap in state historiography, attempts are made to fill the demands of the strikers and demonstrate how local power groups sought to combat strikers and defend their class interests. It sought to articulate the possible elements of proximity and distance between the movement of Santa Catarina and the national movement, thus seeking to give insight the specificities of the strikers in the state. Using newspapers linked to political economic groups in Santa Catarina, are; *O Dia* and *O Estado*, of state circulation, and *A Comarca* and *Gazeta do Comercio*, of circulation in the region of Joinville, was made a research in these terms that refer to the national strike movement, such as: workers, wallista, striker and strike. These were used as a source of research and were discussed from a specific bibliography on the General Strike of 1917, both with regard to the national movement and as for the movement of Santa Catarina. It can be seen that there were some common demands between the national and local movements on issues of working conditions and wage payments, as well as on the problem of housing and basic food inflation. As well as a posture different from the strike activity, less aggressive, when compared with states like Paraná, São Paulo and Rio de Janeiro.

Keywords: General Strike, 1917, Santa Catarina, labour movement.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Jornal <i>O Estado</i> - 26 de julho de 1917..... | 31 |
| Figura 2 - Jornal <i>O Dia</i> - 25 de julho de 1917..... | 33 |
| Figura 3 - Jornal <i>O Estado</i> - 29 de julho de 1917..... | 37 |
| Figura 4 - Jornal <i>Gazeta do Commercio</i> - 4 de agosto de 1917..... | 38 |
| Figura 5 - Jornal <i>O Estado</i> - 1º agosto de 1917..... | 44 |

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução | 12 |
| Capítulo 1 – Lutas operárias: 1917 e o contexto brasileiro | 15 |
| 1 - A década de 1910: produção e condições de vida..... | 15 |
| 2 - 1917: o estopim da greve..... | 20 |
| Capítulo 2 - A Greve Geral em Santa Catarina | 27 |
| 1 - Cobertura dos jornais catarinenses sobre as greves em outros estados | 27 |
| 1.1 - O Estado: jornal de maior circulação em Santa Catharina | 29 |
| 1.2 - O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense | 32 |
| 1.3 - A Comarca: folha independente e Gazeta do Commercio..... | 34 |
| 2 - Joinville | 35 |
| 3 - Lumber Company e Laguna | 48 |
| Considerações Finais | 52 |
| Bibliografia | 54 |
| Fontes | 57 |
| a) Acervo físico da Biblioteca Pública do Estado | 57 |
| b) Acervo digital da Biblioteca Pública do Estado - Hemeroteca Digital Catarinense | 58 |
| c) Acervo digital da Biblioteca Nacional Brasileira - Hemeroteca Digital Brasileira..... | 59 |

Introdução

Estudos acerca do movimento de trabalhadores são temas pesquisados ao longo dos anos pela historiografia. Há alguns momentos no estudo sobre temáticas ligadas à esse campo de pesquisa. Atualmente existe um esforço na compreensão da ação dos sujeitos dentro das pesquisas, várias questões vêm sendo levantadas e têm contribuído para uma compreensão mais ampla da classe trabalhadora. Alguns estudos que contribuem para esse debate seriam de E. P. Thompson, como “A Formação da Classe Operária Inglesa (3 volumes)”, num debate mais amplo, e no debate específico sobre o Brasil pode-se citar Alexandre Fortes, “Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas”, Fernando Teixeira da Silva, “Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras”, e Antonio Luigi Negro, “Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)”.

No que diz respeito ao estudo da Greve Geral de 1917 em Santa Catarina há pouquíssima contribuição da historiografia. Há algumas pesquisas focadas, mas sem grande fôlego e outras que tratam de forma sucinta esse parte da história catarinense. Outro aspecto que considero que tenha limitado as pesquisas sobre essa temática é a pouca quantidade de fontes disponíveis, ao que consegui acesso apenas jornais ligados a grupos político econômicos dominantes estão disponíveis para consulta. Outros documentos sobre o período não foram encontrados, apenas seis jornais. Entre esses jornais foram selecionados quatro deles. Contudo com o decorrer da escrita desta pesquisa algumas informações dos outros dois foram coletadas via revisão bibliográfica. Especificamente os jornais selecionados foram *A Comarca*, *O Dia*, *O Estado* e *Gazeta do Commercio*, enquanto os jornais *Kolonie Zeitung* e *O Timoneiro do Norte* foram acessados pela revisão bibliográfica.

Sobre o processo de seleção dos exemplares de cada jornal selecionado foi realizado de duas formas. Primeiramente, com a existência da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, acessando o jornal *O Dia*, e da Hemeroteca Digital Catarinense, mantida sob parceria entre Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED)/IDCH - Instituto de documentação e Investigação em Ciências Humanas da Universidade do Estado de Santa Catarina, foi possível acessar os jornais *O Estado* e *Gazeta do Commercio*. Para o jornal *A Comarca* o acesso se deu através do setor de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Nos jornais disponibilizados digitalmente foi possível utilizar de mecanismos de busca por palavras, visto que estes estão digitali-

zados e aplicada tecnologia de reconhecimento de caracteres¹. No jornal físico a busca foi por leitura de cada exemplar no período da movimentação grevista.

Nessa pesquisa buscou-se, mesmo que por meio de jornais não ligados aos grevistas, demonstrar os anseios e demandas que estes expressavam. Também houve a preocupação de não tratar o movimento grevista catarinense como algo isolado do restante da conjuntura brasileira, assim como não o colocar como uma mera cópia da atividade grevista em outros estados. Procurou-se apresentar um diálogo com a movimentação nacional e com as especificidades locais. Também foi objeto de preocupação demonstrar como as elites estaduais e locais estabeleciam relação e diferença com os outros estados, assim como esta tratava o movimento grevista local e nos demais pontos do país.

A utilização de jornais como fonte de pesquisa procurou não somente transpor as informações como verdades, mas sim compreender quais os interesses que estavam colocados por aqueles que opinavam sobre o movimento operário. Como aponta Maria Capelato e Maria Prado, em “O Bravo Matutino”, a utilização da imprensa como fonte é pelo entendimento de que ela é um instrumento de que intervem e procura manipular a vida social (CAPELATO; PRADO, 1980). Desta forma, a análise buscou demonstrar quais os interesses expressos nos jornais estudados e como buscavam pautar a questão entre a sociedade catarinense. Vale destacar que os jornais na Primeira República eram eminentemente políticos, estes declaravam posição frente aos problemas de forma praticamente aberta; ponto que ficou evidenciado no estudo dos jornais durante a pesquisa. Outro aspecto relevante se dá pela metodologia usada para a pesquisa, como aponta Tania de Luca (2015, p. 141) não há como definir um método ou passo à passo específico, devida a variedade de possibilidades que apresentam-se para a pesquisa.

Para o primeiro capítulo procurou-se ambientar sob qual contexto o Brasil estava imerso. Num período de domínio econômico por parte do setor agroexportador, em especial do café, havia um crescente da industrialização nacional. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial a situação econômica do país passa por um processo de estagnação, vende-se muito para os aliados enquanto o mercado interno fica desabastecido. Nesse processo a precarização das condições de vida e trabalho vão desgastando cada vez mais os trabalhadores brasileiros, até que no ano de 1917 rompe uma série de greves que desestabilizam a ordem. Nesse processo que inicia-se a primeira Greve Geral brasileira, como ficou marcada na história.

No segundo capítulo a preocupação é de demonstrar como esse processo se desenvolveu em Santa Catarina. Procurasse criar uma interlocução entre os focos de greve no estado e

¹ Optical Character Recognition - OCR, reconhecimento óptico de caracteres.

o movimento nacional, assim como uma interlocução entre as medidas tomadas pelos patrões e pelo Estado na repressão ao movimento grevista. Há um processo de cruzamento de informações entre os jornais, que procura seguir uma sequência cronológica dos acontecimentos, ao mesmo tempo que discute determinadas questões no decorrer do período. São três os pontos em que há atividade grevista nesse momento, sejam: Joinville e Laguna e na região de Canoinhas, na madeireira *Lumber Company*.

Por fim, procurasse apresentar algumas possibilidades que o movimento de greve em Santa Catarina possa ter contribuído para a organização operária no estado. Assim como de apresentar algumas impressões que conectam os focos grevistas, como das condições de vida e do contato com outros pontos de concentração operária, seja por periódicos ou por circulação de operários e militantes entre essas localidades.

Considero importante ressaltar que esta pesquisa, apesar do esforço de dar vazão as demandas dos trabalhadores, tem uma lacuna significativa. Devido à impossibilidade de acesso a documentação produzida pelos operários nos momentos prévios, durante e posteriores às greves há um vazio de informações que não podem ser suprido a partir do material consultado.

Capítulo 1 – Lutas operárias: 1917 e o contexto brasileiro

A década de 1910 é marcada por um crescente da organização operária no Brasil, o que é representado pela quantidade de greves e organização de sindicatos no país. A maior parte dessas greves e organização de sindicatos, ou outras formas de organização proletária, ocorreram nos estados de maior relevância econômica nacional.

A indústria passava por um crescimento significativo, os anos de 1910 marcam um processo de industrialização de alguns setores, como o têxtil, além da expansão da participação do setor no PIB brasileiro. Segundo dados aproximados do IBGE a participação da indústria no PIB passa dos 11,6% em 1900 para 15,7% em 1920 (ABREU, 2006, p. 347). Mesmo que a produção industrial venha apenas superar a agrária após a segunda Guerra Mundial, havia um processo de reorganização produtiva no país, mesmo que não estimulada, e por muito combatida pela elite econômica e política, ligada ao setor agrário, devido a uma crescente demanda por determinadas mercadorias; o que estimulava o desenvolvimento de um mercado interno. Nesse período a principal atividade econômica nacional era decorrente da produção agrícola, principalmente do café, que era exportado majoritariamente para os EUA (ABREU, 2006, p. 349).

Em 1914 os primeiros passos para o desenvolvimento de alguns setores industriais são dados, os setores de mercadorias em geral vinham se desenvolvendo, mesmo que com a predominância do setor têxtil. Vale ressaltar que estas fábricas, em sua maioria, eram marcadas por características muito comuns a manufatura, os primeiros passos das linhas de produção e grande presença de maquinário, que vinham se desenvolvendo e se tornando cada vez mais presentes no cotidiano dos países industrializados, pouco estavam presentes no contexto produtivo brasileiro. Nesse processo é que se marca a virada para o desenvolvimento de concentrações fabris e operárias.

1 - A década de 1910: produção e condições de vida

Desde final do século XIX o poder econômico nacional foi expresso, na maioria das vezes, pelos grupos no poder político nacional, a dominância política paulista e mineira era resultado do poder econômico das oligarquias destes estados. Contudo, apesar dessa expressão

ter marcado os primeiros anos da República, houveram alguns momentos em que o acordo econômico político entre São Paulo e Minas Gerais não foi suficiente para uma simples ratificação de um nome escolhido, as eleições de 1910 foram um exemplo disso (FAUSTO, 1995, p. 263). Havia uma disputa entre as oligarquias regionais pelo poder político nacional.

Essa dominância econômica é fruto do crescimento da produção cafeeira e do declínio econômico da produção da cana de açúcar no nordeste brasileiro, a qual acontece no último quarto do século XIX. Na década de 1910, passado cerca de vinte anos da abolição da escravidão e da proclamação da República, o domínio político e econômico desses setores já estava consolidado. Vale destacar que não se trata de uma relação de mera “ajuda” entre setores destes estados ou que não havia disputa política de demais setores econômico políticos regionais pelo controle da política nacional, porém mesmo com concessões, mediações e acordos as elites econômico políticas destes estados mantinham relações que garantiam essa relação de poder em unidade e contínua.

Mesmo que desde o início do século XX já houvesse um processo de desvalorização da exportação do café, como consequência a redução de entrada de capitais, e a indústria brasileira já tivesse dado seus primeiros passos, a economia brasileira ainda, majoritariamente, era sustentada pela produção agrícola. Ela estava organizada basicamente para a produção interna de bens de consumo, devido a redução da rentabilidade da exportação do café o que dificultava a importação de bens de consumo industrializados (SEABRA, 2011; TORELLI, 2004).

Dentre os ramos industriais, os mais destacados no Brasil era o têxtil, podendo destacar a produção de juta para as embalagens do café, e o calçadista. Conjuntamente à eclosão da Primeira Guerra Mundial houve um significativo crescimento da indústria metalúrgica, organizada em forma de oficinas, devido à grande dificuldade de importação de peças e máquinas do exterior. Porém esta desenvolveu-se limitadamente devido à dificuldade de importação de insumos e de maquinário mais desenvolvidos tecnologicamente (MARSON, 2015, p. 764).

A questão da dificuldade de importação de bens, seja pela guerra ou pela redução da rentabilidade do café, impulsiona a criação de indústrias no território nacional para atender demandas básicas, ao mesmo tempo que a própria dificuldade de importação de insumos e tecnologia impede o avanço do processo de expansão da indústria. Aqui encontra-se um aspecto significativo do processo de industrialização nacional, pois ele influencia, para além do processo de industrialização em si, quais os setores econômicos que poderiam manter ou dis-

putar o poder econômico político e sob quais condições era aumentada a rentabilidade da produção industrial.

Levando em consideração a influência econômica majoritária do sistema agroexportador, apesar do crescimento significativo porém limitado da indústria, pelos motivos expostos acima, podemos perceber por quais motivos o setor agrícola mantinha os domínios da política nacional, em especial os setores paulista e mineiro. Segundo dados estimados pelo IBGE² para a produção brasileira no século XX o Brasil era responsável por 1,5% das exportações mundiais por volta de 1920 (ABREU, 2006, p. 349). Outro dado que demonstra o domínio do setor agroexportador é exposto neste mesmo relatório, é que a agricultura entre 1910 e 1920 era responsável por aproximadamente 40% do PIB (ABREU, 2006, p. 347). Combinando os dados apresentados ao fato da predominância da produção do café como principal mercadoria produzida no Brasil fica evidente o poder político econômico destes setores.

Como mencionado anteriormente, há um outro aspecto significativo que considero importante dar atenção, seja o da questão das condições de aumento da produtividade da indústria. Mas por quais motivos esse aspecto precisa ser destacado? Primeiramente, esse aspecto está intimamente ligado com alguns outros fatores que permitem compreender a questão chave dessa pesquisa, que é de compreender, ou ao menos apontar, por quais motivos os operários, contando com importante apoio da população em geral, se colocavam em luta direta, especificamente nas motivações para o movimento grevista de 1917. Destes fatores pode-se destacar, ainda de forma breve, a questão das condições de trabalho e jornadas de trabalho, condições de vida em geral; que passam por moradia e alimentação, pagamento e preço, salário combinado a uma escalada da inflação no período

Há duas formas de se elevar rentabilidade, no que diz respeito diretamente a produção das mercadorias, ambas passam por conseguir formas de que, na média geral, aumente-se a produção dos que trabalham. Primeiramente, pode-se optar pelo aumento das jornadas de trabalho ao mesmo tempo em que se mantém o salário estagnado ou a exigência de aumento da disciplina daqueles que trabalham. Outro meio seria o da obtenção de novas tecnologias para o aumento da produtividade sem precisar interferir diretamente em jornadas de trabalho ou no aumento da disciplina. Estas duas formas dizem respeito diretamente a parcela de trabalho que não é remunerada, diretamente ligadas à condições de reinvestimento no processo de expansão, num plano ideal. Outra forma, seria por parte do lucro sob o montante das mercadorias vendidas, este aspecto está ligado também as condições expostas anteriormente pois tanto o

² Relatório Técnico IBGE: Estatísticas do século XX.

avanço tecnológico que propicia maior produtividade em menos tempo como a ampliação de jornadas ou aumento da disciplina no trabalho com um mesmo salário dão condições de redução dos custos básicos para a produção (MARX, 2013). O lucro, parcela que costuma fazer parte do que o proprietário toma para usufruto próprio, e o mais-valor, a relação que expõe o trabalho não pago aos que trabalham e reinvestido na produção, são dois aspectos importantes na relação da produção e que estão intimamente ligados com as condições as quais viviam a maior parte do povo brasileiro, de forma direta e indireta.

De modo geral, a partir da Primeira Guerra Mundial, como já apontado, a obtenção de tecnologia para aumento da produtividade nas indústrias estava limitado. Além disso as indústrias brasileiras, em sua maioria e mesmo as maiores delas, estavam ultrapassadas tecnologicamente se comparada com os principais polos industriais mundiais. Por mais que os dados disponíveis tornem inviável demonstrar com exatidão o quanto a guerra influenciou na produtividade do setor industrial podemos observar, segundo dados referentes estimados produzidos pelo IBGE referentes ao PIB, que no período 1900-1920 houve um crescimento da participação da indústria em 4%, dos 11,6% para os 15,7% (ABREU, 2006, p. 347). Mesmo que houvesse uma limitação para um aumento da produtividade durante a guerra, essa limitação não impediu que houvesse um significativo acúmulo de capital, dado as necessidades de demandas internas de determinadas mercadorias que aumentavam, contudo esse processo foi, primordialmente, fruto do aumento dos preços (MARSON, 2015).

Outro aspecto importante da indústria brasileira diz respeito à estrutura destas. Comumente a imagem de uma enorme fábrica com grandes chaminés é o que nos vêm a mente ao pensarmos sobre, contudo, como aponta Claudio Batalha, essa imagem é a expressão das fábricas têxteis, em especial na cidade de São Paulo. Para ele o “caso da indústria de calçados, [...], é interessante por justamente ilustrar o que era o mundo do trabalho urbano no Brasil das primeiras décadas do século XX”, a imagem das fábricas têxteis é apenas “uma parte do complexo e heterogêneo mundo do trabalho” (BATALHA, 2000, p. 9). A indústria de calçados, como apontado, demonstra a presença do caminho interpretativo clássico das etapas da Revolução Industrial num mesmo ramo, vai do artesanato à indústria. Ali apresentava-se variadas formas de relação de trabalho e experiência de trabalho, “do artesão independente, passando pelo trabalhador doméstico produzindo para um empregador, o empregado em uma pequena oficina e, finalmente, o operário industrial” (BATALHA, 2000, p. 9). Essa heterogeneidade do mundo do trabalho, como já bem apontado, é uma marca da realidade da produção no Brasil, mas vale salientar que a maior parte da indústria era formada por pequenas fábricas, as vezes

quase artesanais (SEABRA, 2011, p. 2), contando com poucos empregados, na faixa dos quatro e cinco e muitas vezes oriundos de seus núcleos familiares.

Nesse contexto, relacionando as formas de aumento da produtividade e da variedade da estrutura industrial, em que predominava as de pequenas fábricas, as jornadas de trabalho costumavam ser longuíssimas, variando entre 14 e 16 horas (BATALHA, 2000, p. 9) para maior parte da classe trabalhadora brasileira, que alterava regionalmente assim como pelos diferentes setores industriais e pela especialização do trabalho à ser executado, não excetuando as diferenças de pagamento entre crianças e mulheres que ganhavam, comumente, menos que os homens. Não há uma constante das diferenças salariais levando em conta os aspectos citados acima, uma mesma função poderia ter diferença média entre estados, como exemplifica Claudio Batalha ao discutir sobre a indústria têxtil; no Distrito Federal³ “o salário médio pago a um tecelão com mais de 14 anos era cerca de 25% mais alto que em São Paulo” ao mesmo tempo que os “mestres recebiam em Sergipe o maior salário diário da federação, 14% a mais do que no Distrito Federal, 32% a mais que em São Paulo e mais que o dobro do que era pago na maioria dos demais estados” (BATALHA, 2000, p. 10). A disponibilidade de força de trabalho regionalmente não é único ponto que explica a diferenciação salarial, mas no que diz respeito, especialmente nas funções de maior especialização, esse aspecto tem influência significativa, o “que explica que ofícios mais especializados da metalurgia (tais como mecânicos, fundidores e caldeiros) fossem mais bem pagos no Amazonas e Pará do que em qualquer outro lugar do país” (BATALHA, 2000, p. 11).

As condições de reprodução da vida ficavam cada vez mais difíceis, havia uma crescente de aumento dos preços de gêneros alimentares básicos, os aluguéis aumentavam significativamente, a inflação aumentava os preços das mercadorias em geral, o preços dos transportes também vinha aumentando, combinando com a não correção dos salários, além do atraso dos mesmos, gerava problemas sociais significativos. A crescente concentração populacional nos grandes centros aumentava o problema habitacional, contribuindo para a inflação dos aluguéis, combinado a condição do próprio desenvolvimento das vilas e bairros operários, assim como dos cortiços, favelas e mocambos, que se estenderam no entorno das fábricas de modo geral (FOOT; LEONARDI, 1982, p. 194-199). Além do aumento do gêneros alimentares básicos, havia um significativo processo de falsificação destes gêneros, o que gerava ainda mais conflitos e problemas. Num estudo feito por Hélio Negro e Edgar Leuenroth, em 1919, ao tratarem da questão da relação entre salário e consumo mínimo de uma família operária, consta-

³ Cidade do Rio de Janeiro.

tou-se que “os salários mensais, no campo e nas cidades brasileiras, variavam entre 80\$000 e 120\$000, o déficit no orçamento familiar dos trabalhadores girava em torno de 100\$000, em média, por mês, o que significava uma despesa mínima de 100% superior aos ganhos normais” (FOOT;LEONARDI, 1982, p. 201). A intensificação desses problemas se deu com a Primeira Guerra Mundial, mas eram demandas que já eram reivindicadas pelo povo durante desde a virada do século XIX para o XX.

2 - 1917: o estopim da greve

A agitação política que deu condições para a Greve Geral de 1917, assim como as condições de vida já expostas acima, não foi uma ação feita as pressas em um momento de significativa piora das condições de reprodução da vida. Como os estudos apontam, dos mais clássicos, que enfocam a greve paulista, aos mais recentes, que procuram estabelecer um debate entre os polos centrais da greve e os movimentos regionais, o contato dos operários e trabalhadores em geral com movimentos políticos organizados não era recente. Os contatos dos movimentos políticos já se iniciaram ao final do século anterior, como enfatiza Christina Lopreato (1996, p. 59) ao comentar do trabalho político anarquista. A presença de grupos socialistas em geral também fez parte desse cotidiano operário, até 1930 existiram diversas organizações socialistas, de duração efêmera e bastante limitados (BATALHA, 2000, p. 21).

Muitas das demandas que podemos observar nesse período teriam um caráter generalizante, do ponto de vista do operariado em geral, contudo algumas delas se referiam de forma mais específica à determinadas grupos do operariado. Como aponta Igor Bittencourt (2007, p. 145) uma das principais preocupações ao se pesquisar sobre “a classe operária” é quem seria esse trabalhador “sua origem, sua profissão, sua descendência, seu gênero”, por mais que, muitas das vezes, os indícios dificultem uma afirmação categórica. Sugere-se a leitura dos textos de Claudio Batalha (2000; 1992) “O movimento operário na Primeira República” e “Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920)” para o debate sobre origem e profissão. No debate sobre gênero sugere-se consultar a tese de Glaucia Fraccaro (2016) “Os direitos da mulher”⁴.

As experiências organizativas e os mais variados grupos sociais que se relacionavam nesse período moldaram, apesar de características comuns à outras experiências operárias pelo mundo, formas de luta e propaganda específicas, resultados da heterogeneidade do opera-

⁴ Referências completas na seção “Bibliografia”.

riado brasileiro. Alguns aspectos, que infelizmente não poderão ser abordados da forma que exigem no conjunto dessa pesquisa, influenciaram consideravelmente as formas de organização operária no contexto brasileiro. As origens étnicas, nas mais variadas regiões do país, costumavam estar presentes nas formas do operariado se organizar, mesmo entre organizações políticas e suas correntes, esse aspecto influenciava como estes enxergavam as possibilidades de organização do povo em geral. Ainda em relação as questões étnicas, podemos destacar os processos de imigração estimulada ou não de europeus para trabalharem no Brasil na nascente república, além da própria relação com Portugal e o processo de colonial, que colocava de frente relações oriundas do processo escravagista brasileiro com esses recentes imigrantes. Havia um espectro cultural diverso e isso influenciou as formas de organização do operariado brasileiro. Outro aspecto, do qual alerta Claudio Batalha (2000, p. 7), é em relação as origens daqueles que compunham esse operariado brasileiro. Por muito se atribuiu as origens das correntes políticas como resultado direto da imigração, da vinda de imigrantes europeus nesse período, porém esses imigrantes, em sua maioria, eram oriundos do campo, eram camponeses na Europa e sequer tiveram contato com as correntes políticas que influenciavam o operariado brasileiro nos seus locais de origem. Essa atribuição exclui os trabalhadores brasileiros e, em especial, os negros como sujeitos desse processo de organização do movimento operário brasileiro.

Esses aspectos, além de outros que foram exclusivamente citados, contribuíram para a organização do operariado brasileiro. As correntes políticas do momento, incluindo a literatura, por mais que em alguns momentos atribuam a “passividade” à uma característica dos trabalhadores brasileiros em oposição aos trabalhadores imigrantes (BITTENCOURT, 2007, p. 146), reconhecia a importância destes aspectos para a organização operária, de forma que o movimento pudesse fazer os enfrentamentos, que consideravam necessários, de forma unificada. Outro aspecto interessante desse processo de organização de um movimento unificado entre os trabalhadores brasileiros, ou ao menos a tentativa disso, é que podemos perceber uma característica que é comum à outros países. A organização do movimento operário e de trabalhadores em geral, na virada do século XIX para o XX, foi marcada por um processo de reorganização. Da tentativa de passagem de um sindicato meramente defensivo e reativo, para uma perspectiva sindical que passasse a exigir e conquistar direitos aos trabalhadores, também com uma estrutura sindical mais abrangente, em contraposição ao “secionalismo” (HOBSBAWN, 2005, p. 241-249). Essa perspectiva sindical teve sua virada a partir de 1910 no sindicalismo brasileiro (BATALHA, 2000, p. 17).

Quando observa-se as demandas do movimento grevista de 1917 podemos perceber diversas pautas que dizem respeito à alguns desses pontos anteriormente abordados, tanto para a maior concentração grevista, na cidade de São Paulo, com em outros pontos do país. Edilene Toledo (2017, pp. 507-510) faz um breve levantamento e análise de como determinados aspectos eram comuns à variados locais de concentração grevista, assim como de demandas relacionadas à três áreas específicas que afligiam os trabalhadores naquele momento, sejam: condições de trabalho, condições básicas para a reprodução da vida e demandas específicas relacionadas aos movimentos grevistas do momento. Como comentei anteriormente, podemos perceber que determinadas demandas fazem parte d'um rol de demandas específicas de determinados grupos sociais no movimento operário. Vejamos à seguir.

As reivindicações dos trabalhadores nos protestos de 1917 eram, em termos gerais, jornada de oito horas, semana de cinco dias e meio, fim do trabalho de crianças, restrições à contratação de mulheres e adolescentes, segurança no trabalho, pagamento pontual dos salários, aumento salarial, redução do preço dos aluguéis e do custo dos bens de consumo básicos, respeito ao direito de sindicalização, libertação dos trabalhadores presos durante as greves e recontração de todos os grevistas demitidos. [...] Algumas reivindicações eram conjunturais, ligadas ao contexto específico, mas os trabalhadores aproveitaram a mobilização geral para trazer à tona outras antigas reivindicações ligadas a questões mais estruturais (TOLEDO, 2017, p. 507).

Como podemos perceber essas reivindicações demonstram variados daqueles aspectos já citados. Para além, podemos perceber muito “sobre as dificuldades da vida e do trabalho da população pobre das cidades naquele período” (TOLEDO, 2017, p. 507), assim como a exigência de ação por parte do Estado como dos empregadores. Contudo, aspectos específicos relacionados à alguns grupos sociais, precisam ser destacados, como o exemplo de Recife; onde a equiparação salarial entre mulheres e homens era uma pauta do movimento grevista (TOLEDO, 2017, p. 508).

Contudo as condições de reprodução da vida não se agravaram drasticamente de uma hora para outra, ou se quer no ano de 1917. Como já citado, a Primeira Guerra Mundial que dificultou um certa parte a expansão da indústria, mas também permitiu um processo de concentração de capital, oriundo da substituição da importação pela produção interna, vinha afe-

tando o cotidiano dos trabalhadores brasileiros. As jornadas de trabalho que já eram extensas, aumentaram e o nível de disciplina exigido foi aumentado para garantir a produção. Comentando sobre as origens da greve de 1917 em São Paulo, Luigi Biondi e Edilene Toledo (2018, p. 46) trazem alguns dados interessantes para dar a dimensão do peso da guerra no cotidiano dos trabalhadores brasileiro, primeiramente o

contexto de intensificação da produção industrial, com a paralisação dos fluxos migratórios internos das fazendas para a cidade e também da imigração internacional, os empresários ampliaram fortemente as jornadas de trabalho dos operários. Ao longo do ano de 1915 e parte de 1916 tudo isso significou a volta ao pleno emprego, pois os anos 1913-14 foram de recessão e desemprego. Mas a partir do segundo semestre de 1916, o aumento dos preços e da carga horária, associados à estagnação de salários já baixos, agravou a situação de miséria dos trabalhadores paulistanos e criou uma mistura explosiva de ressentimentos e tensões (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 46),

já para o ano de 1917, por volta de julho, os cálculos dos preços alimentares demonstra uma situação impactante, “os preços dos alimentos aumentaram em um ano mais de 50%; para alguns alimentos o aumento foi até de 200-300%, e que o salário médio diário de um tecelão comprava metade do que comprava alguns meses antes”.

Para além das demandas do movimento operário brasileiro, que não eram poucas e nem diminutas, não pode-se deixar de levar em consideração a importância e empatia que o movimento operário tinha com o processo em curso na Rússia. Edilene Toledo (2017, p. 512) diz que os impactos dos acontecimentos na Rússia foi “muito intenso” e que grande parte “do movimento operário, incluindo os anarquistas, acolheu com entusiasmo as notícias que chegavam sobre a queda do czar e a tomada do poder pelos bolcheviques”, Eliane Seabra (2011, p.11) expõe que, o próprio movimento grevista de 1917 “ocorreu sob o entusiasmo dos acontecimentos na Rússia”. Por mais que posteriormente os anarquistas tenham rompido o apoio à Revolução Russa, com a chegada dos bolcheviques ao poder e o processo de consolidação do Estado, é importante destacar que a sucessão das lutas populares na Rússia e da Revolução Russa de fevereiro davam esperanças da possibilidade de conquistas para os trabalhadores brasileiros. Como Hobsbawn (1995) comenta, a inspiração d’um processo de vitórias consec-

tivas na Rússia inspirava diversos militantes pelo mundo, não para menos foram militantes que negaram o anarquismo que fundaram o Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, inspirados pela experiência russa e adesão ao bolchevismo. Conjuntamente ao processo russo, os jornais noticiavam outras experiências vitoriosas para a classe trabalhadora de outros países, era comum notícias sobre mobilizações de operários e outras categorias de trabalhadores nos jornais, o que pode ter influenciado também para o estopim da greve geral de 1917.

Alguns anos de redução significativa das condições de reprodução da vida, aumento de problemas sociais como moradia e transporte, o ano de 1917 marcando um profundo aceleramento de piora das condições de vida em geral, um processo longo de contato de correntes políticas na vida diária do movimento de trabalhadores brasileiros, em especial nos grandes centros, ao menos desde 1910 um crescente de organização sindical e experiências grevistas, exemplos de mobilização de trabalhadores tendo vitórias em outros locais do mundo proporcionaram um ambiente propício para que nos meses de julho e agosto de 1917 houvesse um ambiente que permitisse um movimento que enfrentasse o que fosse necessário para recuperar condições básicas para viver.

O meses anteriores a greve de 1917 foram de um crescimento da mobilização de trabalhadores, alguns setores da produção, em especial em São Paulo, estavam à algum tempo organizando greves. Estes operários já vinham exigindo algumas das pautas que depois se tornaram generalizadas no país, como aumento dos trabalhos e o não aumento das jornadas de trabalho, que já eram extenuantes. Mas foi com a greve dos cerca de 400 operários do Cotonificio⁵ Rodolfo Crespi que o movimento grevista de 1917 teve seu estopim.

Nos meses anteriores as correntes do movimento operário e de trabalhadores, com o crescente de mobilização, passavam a aventar em reuniões e entre os trabalhadores a possibilidade de realização de uma Greve Geral, por meio da organização de um mecanismo que organizasse a eclosão de greves que ocorriam a partir do Primeiro de Maio de 1917, como aponta Luigi Biondi e Edilene Toledo (2018, pp. 51-52), os socialista foram os primeiros a propor a tática da greve geral, a “proposta foi apoiada pelos anarquistas, que, após os debates internos e prol ou contra os sindicatos ao longo de 1916 e 1917, estavam agora unidos a favor da atuação prioritária nas organizações sindicais”. Nesse contexto, não somente em São Paulo, várias ligas operárias estavam em reorganização e se associando a federações sindicais que unificavam as lutas nos mais diversos sindicatos e ligas operárias.

⁵ Empresa de manufatura de tecidos de algodão.

A greve no Cotonifício Rodolfo Crespi foi deflagrada no dia 8 de junho, reivindicavam “um aumento de salário de 15 a 20 % e a abolição da extensão do trabalho noturno para os que já trabalhavam durante o dia”, já que esses “trabalhadores já trabalhavam 13 horas diárias, mas com o aumento da produção estavam sendo obrigados a trabalhar até a meia-noite. Recusando-se a aceitar esse prolongamento da já longa jornada de trabalho, centenas de trabalhadores decidiram pela paralisação do trabalho” (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 53).

Como esperado os patrões não atenderam as demandas dos grevistas e com estreita proximidade com a forças policiais deram início à um processo de repressão aos grevistas. A polícia chamava a depor grevistas, ia até a casa dos mesmos em busca de identificar as lideranças grevistas e dar uma resposta certa da repressão para controlar o movimento grevista. Enquanto a repressão as manifestações públicas e aos grevistas não surtiam efeito, ao mesmo tempo, em resposta a repressão os grevistas foram levados à um “estado de exasperação” (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 55). Pelo exemplo da greve no Cotonifício Rodolfo Crespi a greve foi se estendendo à outros estabelecimentos enquanto a repressão aumentava. Como apontam os estudos sobre o processo grevista de 1917 a colaboração entre o Estado e os patrões foi uma constante no país (BATALHA, 2000; BIONDI; TOLEDO, 2018; COSTA, 2013; FRACCARO, 2016; KHOURI, 1981; LOPREATO, 1996; PETERSEN, 1995; SEABRA, 2018; STRONGREN, 2015; TOLEDO, 2018; TOMPOROSKI, 2008), obviamente, não somente em 1917, é uma característica que marca a relação com os movimentos de trabalhadores na Primeira República.

Com o passar dos dias, tanto o trabalho político de socialistas e anarquistas, que agitavam por novas greves e pela adesão ao movimento de forma solidária, mesmo que as principais demandas não estivessem na pauta de determinadas categorias, como a repulsa a repressão orquestrada por patrões e o Estado, as greves aumentaram, novos estabelecimentos tiveram suas atividades paralisadas por novos focos de greve. As manifestações em ruas e praças aumentavam uma à uma, mesmo com a polícia fortalecendo a repressão. Com o sequente aumento da repressão a insatisfação dos trabalhadores aumentava conjuntamente e se generalizava. A greve que iniciara com 400 operários no Cotonifício Rodolfo Crespi passa aos 15.500 grevistas, aproximadamente, segundo dados do dia 10 de julho.

Contudo, esses 15.500 grevistas não foram o ápice do movimento grevista. No mesmo dia que se registrou essa marca, vários atos se espalhavam pela cidade. O movimento grevista ditava o ambiente na cidade de São Paulo, sobretudo nos bairros do Brás e Mooca e em frente as fábricas paralisadas. Conforme a greve ia crescendo a mais repressão era empreendida pe-

las forças do Estado e, em 10 de julho, em meio a esse ascenso da repressão os primeiros feridos graves aparecem, inclusive o primeiro assassinato. José Gimenez Martinez, operário espanhol anarquista, foi assassinado pelas forças policiais. Como aponta Christina Lopreato (1996), foi nesse momento em que o movimento grevista dá seu grande salto de demonstração de força. No dia seguinte um cortejo fúnebre em homenagem a Martinez é realizado pelas ruas de São Paulo, logo se transformando numa passeata política. Em apenas seis dias, no dia 16 de julho, São Paulo tem o ápice no número de grevistas, se no dia dez eram cerca de 15.500 no dia dezesseis eram em torno de 45.500 grevistas. Em apenas seis dias o número de grevistas quase triplicou.

Desde o início foram tentadas formas de negociação entre os grevistas e os patrões, contudo até esse momento o Estado e os patrões não haviam cedido sequer negociar com os grevistas. A partir desse momento foi sentida a necessidade dos patrões e Estado de cederem e darem garantias reais que cumpririam com as exigências dos grevistas. É nesse momento de ascenso do movimento grevista que em outros estados, e no interior do estado de São Paulo, o movimento operário começa a ganhar confiança de seguir o exemplo paulista. O exemplo da Greve Geral em São Paulo animou os trabalhadores brasileiros à integrarem o movimento e exigirem melhores condições de vida e trabalho, viam em São Paulo a possibilidade dos grevistas de garantirem vitórias e passaram a ver a possibilidade de também garantirem as suas. Cidades como Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Recife que já passavam por processos de greve têm o movimento fortalecido, assim como em outras cidades a possibilidade da greve começa a se desenhar no movimento operário. Entre estas cidades e estados que os trabalhadores começavam a aventar a ideia de também exigir suas demandas está Santa Catarina, que será apresentada nos próximos capítulos.

Capítulo 2 - A Greve Geral em Santa Catarina

O movimento grevista catarinense, se comparado, mesmo que proporcionalmente, aos de outros estados foi consideravelmente menor. Durante o processo de pesquisa nas fontes pode-se encontrar algumas informações que ainda não haviam sido trabalhadas em outras pesquisas sobre a temática em Santa Catarina. Com um enfoque maior na discussão presente nos jornais da época, contando com o suporte de bibliografia existente e não extensa sobre o tema, nesse momento o enfoque será de procurar dar espaço, de forma mais detalhada, dos acontecimentos grevistas no estado.

Nos próximos momentos a discussão procurará demonstrar como os jornais catarinenses retrataram o movimento grevista no estado, passando pela cobertura do movimento no país, procurando compreender quais as similaridades e diferenças entre movimento grevista local e nacional, traçar um panorama das greves em Santa Catarina, que vai do caso mais conhecido, em Joinville, e, mesmo que de forma bastante simples, apresentar a existência de outro foco grevista nesse contexto, em Laguna, além da greve na *Lumber Company*, na região de Três Barras. Assim como demonstrar a importância dada pelos jornais no trato acerca do movimento grevista.

1 - Cobertura dos jornais catarinenses sobre as greves em outros estados

Desde o começo do movimento grevista nos principais polos industriais do país, a cobertura dos acontecimentos foi realizada pelos dois principais jornais do estado, *O Dia* e *O Estado*. Os primeiros relatos em *O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense* são do dia catorze de julho, ao tratar do início do movimento grevista no estado carioca e das medidas do Estado para a garantia da ordem, ao mesmo tempo que relata sobre os 56.000 operários em greve em São Paulo, enquanto *O Estado: jornal de maior circulação em Santa Catharina* faz a primeira menção a greve no dia onze de julho, também tratando do início da greve, mas em São Paulo, e relatando sobre confrontos armados entre a polícia e os grevistas. Os dois outros jornais utilizados para a pesquisa são *A Comarca: folha independente* e *Gazeta do Comercio*, estes somente começaram a debater sobre o movimento grevista nacional a partir do início da organização de trabalhadores em Joinville, contudo de forma mais genérica. Estes dois últimos jornais são de caráter regional e de publicação semanal, enquanto os dois primeiros são de publicação diária e alcance estadual.

As coberturas sobre o movimento grevista por parte de *O Dia* foram mais genéricas, tratou de publicar na maior parte das vezes boletins sobre a greve em outros estados, no caso São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente. O *O Estado* foi o jornal que mais cobriu o movimento grevista nacional, apresentaram desde de boletins até matérias relatando sobre o movimento grevista em outros estados. Durante a pesquisa no jornal foi possível identificar relatos sobre a Bahia, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. *A Comarca* e *Gazeta do Commercio*, possivelmente por seu caráter regional, não cobriram previamente sobre as atividades grevistas nacionais e quando trataram sobre o movimento nacional apenas *A Comarca* citou a experiência grevista paulista ao discutir sobre a carestia de vida e a relação com a produção agrícola.

Antes de conferir o tratamento dos jornais sobre o movimento grevista faz-se necessário apontar duas coisas, visando facilitar a compreensão dos mesmos. Enquanto o jornal do Partido Republicano, *O Dia*, mantinha uma posição que buscava se aproximar dos operários quando se colocava como considerando justas as demandas operárias, apesar de considerar não necessárias as greves e justificar a violência policial, o jornal *O Estado* desde o início manteve uma posição explícita de combate as greves, já que consideravam que todos estavam em condições de dificuldades devido a conjuntura internacional sob a qual o Brasil estava imerso. Essa diferença possivelmente é resultado das posições políticas as quais os jornais se encontravam, *O Estado* claramente mais conservador, fazia parte da oposição ao governo do estado, enquanto *O Dia* representava o grupo político, o Partido Republicano Catharinense, que era quem estava no comando do governo estadual. As posições de quem estava à frente do governo estadual precisavam manter algum diálogo com os trabalhadores, para além do caráter menos conservador que o editorial do outro jornal. *A Gazeta do Commercio* teve uma posição próxima ao *O Dia*, enquanto *A Comarca* oscilou entre defesa dos patrões, utilizando de adjetivos sobre a “bondade” dos mesmos, e a defesa das demandas operárias. De forma simples, entre os jornais utilizados apenas *O Estado* teve uma posição diretamente de enfrentamento ao movimento grevista, em especial do movimento em Joinville, apesar de todos considerarem excessiva a medida grevista e justa a repressão policial.

Outro aspecto importante de ser destacado é que os dois principais jornais do estado mantinham uma cobertura significativa sobre o movimento operário e de trabalhadores em outros países. Havia alguma diferença de abordagem entre os jornais, *O Estado* mantinha uma posição menos dura que com os movimentos nacionais, procurando mais descrever e por em vista a posição oficial das instituições ou de correspondentes. Interessante que a cobertura sobre o processo decorrente da Revolução Russa de fevereiro não costuma aparecer em suas páginas, enquanto no jornal *O Dia* há uma cobertura constante, com notícias diretas de Petrogra-

do⁶ informando sobre os passos do novo governo e das decisões da Duma⁷. As coberturas em geral exprimiam constantemente quais eram as pautas das reivindicações e, de certa forma, algo que poderia se dizer da posição dos trabalhadores. Era constante os relatos da importância das relações bilaterais com o governo russo. Enquanto *O Estado* mantinha uma posição declaradamente em defesa do Estado e dos patrões, “O Dia” tentava manter algum diálogo com os movimentos de trabalhadores.

A importância da greve que se alastrava pelo país foi tratada por todos os jornais, mesmo com as diferenças de trato entre eles. É importante destacar um aspecto que foi salientado Fernando Strongren, no seu estudo sobre o jornal *A Plebe*, que é o da forma como um determinado é exposto pelos jornais. A forma de exposição de determinado tema têm muito a dizer sobre como o editorial vê determinada questão, se determinado tema toma as primeiras páginas, tem um espaço de destaque, como um emolduramento específico para dar destaque ao artigo, e a frequência que ele é posto em pauta indicam qual a importância dada pelo jornal (STRONGREN, 2015). Quanto mais próxima a greve territorialmente de Santa Catarina, assim como quando da movimentação operária em Joinville, os jornais passam a tratar com mais destaque desta questão, no caso de *O Estado* e *O Dia*. Essa mudança foi uma forma de fazer frente ao debate instaurado e disputar as posições políticas de cada um destes jornais frente a sociedade.

1.1 - *O Estado: jornal de maior circulação em Santa Catharina*

Após três dias do início da greve, no dia onze de julho, deflagrada no Cotonifício Rodolfo Crespi na cidade de São Paulo, o jornal *O Estado* lança um boletim com informações do dia anterior informando sobre o movimento grevista na cidade. Após atualizarem que a fábrica Maria Angela, parte do grupo Matarazzo, também estava fechada pela greve, junto as fábricas Crespi e Antarctica, relatam o impedimento dos colegas em trabalhar e o uso da hostilidade pelos operários, inclusive da utilização de armas e tiros, por fim informam que foi “ferido um sub delegado de polícia” (O ESTADO, 1917a, p. 1, c. 5). A primeira notícia de *O Dia* procurou demonstrar o esforço na cidade do Rio de Janeiro para a garantia da ordem, assim como informar sobre a agressividade dos grevistas em São Paulo (O DIA, 1917b, p. 3, c. 1).

O movimento grevista de São Paulo foi o grande enfoque do jornal *O Estado*, desde o dia onze de julho, que inicia a cobertura, até o fim da greve na cidade suas coberturas procura-

⁶ Nome dado em 1914 para a atual cidade de São Petesburgo, antigo centro político da Rússia.

⁷ Casa menor do parlamento russo, do período pré e pós czarista.

ram justificar toda a repressão policial empreendida. Desde justificativas que partem da comparação entre um pequeno efetivo policial e um grande contingente de grevistas, colocando no título do boletim é “10.000 operarios e 420 policias” (O ESTADO, 1917b, p. 1, c. 3), assim como no uso de metralhadoras contra os operários já que não obedeceram o boletim policial avisando para não saírem as ruas (O ESTADO, 1917c, p. 1, c. 1). O apelo aos termos “anarchistas”, palavras que denotam sentido de não pertencimento aos trabalhadores e apelos em favor da ordem são constantes no jornal, inclusive ao tratarem da greve em Joinville. Esses apelos são uma prática comum. Levando-se em consideração que não há relatos nos jornais catarinenses que indiquem um movimento expressivo de correntes políticas no movimento operário catarinense, normalmente indicando somente alguns “elementos trefegos” (O DIA, 1917n, p. 1, c. 2) ou não pertencentes aos operários, pode-se prever que era uma preocupação para garantir que a que as correntes políticas de esquerda do movimento operário não viessem a ter influência entre os trabalhadores catarinenses.

Quando possível o apelo à pacificidade fora utilizado por *O Estado* (1917d, p. 1, c. 5), esse adjetivo foi usado comumente para tratar do início das greves no Rio de Janeiro, já que houve alguma dificuldade de organização inicialmente graças ao efetivo trabalho da repressão. Notícias do alastramento da greve para o interior dos estados do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo também foram relatadas pelo jornal. O tratamento das greves nestes três estados foi tratado de forma diferente, ao que parece quanto mais próximo de Santa Catarina mais enérgica é a crítica ao movimento grevista. No caso do Paraná, após anunciar sobre as agitações de trabalhadores em Joinville no dia vinte e quatro de julho (O ESTADO, 1917f, p. 1, c. 2), nos dias vinte e cinco e vinte e seis, os relatos apresentados procuram deixar evidente que a repressão era necessária graças à operários “exaltados” (O ESTADO, 1917h, p. 1, c. 4), assim como um apelo ao problema que a greve gerava para Santa Catarina, em especial na greve dos ferroviários em Rio Negro (O ESTADO, 1917g, p. 2, c. 4), Paraná, divisa com Santa Catarina, Mafra e São Bento do Sul. Quanto ao tratamento dos grevistas em Rio Negro o apelo à termos como “sedicioso”, “elementos perniciosos” e “amotinados” são usados para caracterizar a greve na divisa com Santa Catarina, enquanto há um exaltar da repressão com a justificativa da retomada da “ordem” (O ESTADO, 1917h, p. 1, c. 5).

Cabe ressaltar que os avisos e deslegitimações, por meio de adjetivações negativas, costumam aparecer, em especial nas primeiras páginas dos jornais, o que, como já dito anteriormente, buscava disputar posição política entre a sociedade a sociedade catarinense. Perceba o destaque dado a pauta à seguir.

Figura 1 - Jornal O Estado - 26 de julho de 1917



Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018. *Grifos meus*.

Como nesse período o Estado não possuía um instrumento mediador entre as demandas trabalhistas e os patrões⁸, dessa forma a cada greve deflagrada alguma instituição acabava por realizar esse papel. Durante as greves de 1917 a tentativa foi manter o que era comum, algum delegado de polícia intermediar a negociação, porém nesse momento essa possibilidade não era possível. Dada a impossibilidade, foi criado um Comitê de jornalistas para facilitar a

⁸ O instrumento mediador das questões trabalhistas foi criado em 1930 por Getúlio Vargas, junto ao processo da CLT, sendo o atual Ministério do Trabalho, então chamado de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

negociação entre grevistas e patrões. O *O Estado* saúda essa iniciativa e coloca os jornalistas como os responsáveis pelo êxito do fim da negociação, para o jornal os operários aceitaram as propostas e o “*comité* de jornalistas conseguiu dos industriaes e do governo” (O ESTADO, 1917c, p. 2, c. 3), dando a entender que a garantia de uma solução foi, principalmente, deste comitê.

1.2 - O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense

Como já relatado no início desse capítulo a postura de *O Dia* frente ao movimento operário é diferente de *O Estado*, numa rápida visualização das matérias pode-se perceber que a cobertura da greve dá mais espaço as demandas dos trabalhadores e suas ações, ao tratarem tanto das greves em outros estados assim como em Joinville. Pautas relativas às demandas de mulheres (O DIA, 1917f, p. 3, c. 5), assim como demandas específicas de categorias (O DIA, 1917h, p. 3, c. 2), relações de solidariedade entre São Paulo e Rio de Janeiro (O DIA, 1917d, p. 3, c. 1; O DIA, 1917f, p. 3, c. 5), assim como as vitórias obtidas pelo movimento grevista, como: reconhecimento do direito de greve e garantias do Estado sobre pautas referentes a condições de vida e trabalho (O DIA, 1917f, p. 3, c. 1). Dá espaço a discursos que atacam os patrões, os intermediários e a polícia (O DIA, 1917g, p. 3, c. 1), contudo, como já apontado, não se tratava de uma adesão ao movimento grevista.

Dois pontos significativos que demonstram a questão da não adesão, mas sim um diálogo com os operários é que também há notícias que falam da exaltação operária e de combate a determinados grupos políticos. Assim como em São Paulo e em outros estados, os anarquistas foram considerados a figura culpada pela desordem promovida pelo movimento grevista, *O Dia* também faz seu combate. Mesmo nos textos que consideram justas as demandas dos trabalhadores costuma haver algum apelo para combater as correntes políticas que agitavam o processo grevista. Em um dos telegramas publicados, no dia vinte de julho, que trazia notícias do movimento grevista em São Paulo, relata que Alvaro de Carvalho, em sessão na câmara estadual, afirmou que os operários eram “trabalhados por anarchistas estrangeiros que os exploram”(O DIA, 1917g, p. 3, c. 1). Os “anarquistas” foram considerados os inimigos a serem combatidos pela mídia e pelo Estado, porém como alerta Luigi Biondi e Edilene Toledo (2018, p. 28) os “militantes anarquistas eram minoria entre os trabalhadores, mas bastante visíveis e muito ativos, de forma que, ainda hoje, prevalece a ideia comum de que na época o movimento operário organizado era anarquista”, possivelmente seja esse motivo que a ima-

gem dos anarquistas foi escolhida como bode expiatório.

A cobertura do movimento grevista foi centrada no Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, há uma breve notícia sobre movimentação operária contra a carestia de vida em “Bello Horizonte” (O DIA, 1917i, p. 3, c. 2) e sobre a greve em Porto Alegre (O DIA, 1917u, p. 4, c. 3). Assim como *O Estado* a maior quantidade de notícias foi sobre o Distrito Federal e São Paulo, porém a cobertura sobre a greve em Curitiba é significativamente maior, há uma série de detalhes. Outro ponto parecido entre os dois jornais de circulação estadual é que ao tratar das greves mais próximas os relatos dão mais ênfase a garantia da ordem pela repressão policial, contudo o jornal faz somente uma breve menção ao movimento grevista em Rio Negro (O DIA, 1917k, p. 4, c. 1), apenas em Curitiba. Quanto da greve em Curitiba os relatos estão mais centrados em demonstrar uma imagem negativa do movimento, relatos sobre confrontos com a polícia e problemas causados para a população em geral costumam fazer-se presentes (O DIA, 1917j, p. 1, c. 5). Porém, com a aproximação da possibilidade de greve em Joinville, os relatos da repressão, inclusive em outros estados ficam mais duros, há uma mudança significativa partindo do dia vinte e cinco de julho (O DIA, 1917j, p. 1, c. 5) em diante (O DIA, 1917k, p. 3, c. 5; O DIA, 1917l, p. 3, c. 1 e 3; O DIA, 1917m, p. 4, c. 1).

Novamente o mecanismo de pôr em destaque conforme a importância dada à uma determinada pauta é colocado em prática. Além da forma de tratamento com o movimento grevista ter sido alterada, o jornal passa a tratar do tema nas primeiras páginas. Combinando duas táticas para a disputa da posição da opinião pública.

Figura 2 - Jornal *O Dia* - 25 de julho de 1917

do Commercio aos sábados, ambos relataram sobre o movimento grevista no final de semana precedente ao início da greve (A COMARCA, 1917a, p. 1, c. 4; GAZETA DO COMMERCIO, 1917a, p. 1, c. 5).

Denominada “Sociedade Operaria Joinvillense” o *Gazeta do Commercio*, no dia vinte e oito de julho, trás um boletim sobre as exigências dos operários, que as considera justas mas apela para a não adesão da greve, apelam “esperamos que os nossos trabalhadores saberão se manter calmos para não haja a lamentar acontecimentos eguaes como em São Paulo e outros lugares” (GAZETA DO COMMERCIO, 1917a, p. 1, c. 5). Além desse pedido faz uma clara defesa ao não aumento salarial, pois seria um problema para os patrões, e justifica que o problema da inflação dos alimentos é da venda para os aliados, no esforço de guerra da Primeira Guerra Mundial, e dos especuladores, onde defende a expropriação dos estoques destes. Há uma crítica aos impostos sobre itens básicos como “Farinha, feijão, carne e outros mantimentos” (GAZETA DO COMMERCIO, 1917a, p. 1, c. 5), além da relação de serem produtos de exportação durante a guerra. Quando apresenta três problemas, indica três soluções, redução de impostos, expropriação de estoques e prioridade dos itens básicos de consumo para o mercado interno, para justificar que o aumento salarial não seria o problema da carestia de vida.

No mesmo final de semana, dia vinte e nove de julho, *A Comarca* declara, logo no início da matéria “A grêve é geral”, que o “movimento grevista das classes proletarias, [...], alastra-se por todo paiz” (A COMARCA, 1917a, p. 1, c. 4), uma clara admissão das proporções do movimento grevista. Ainda faz uma outra aproximação com o movimento nacional quando demonstra a importância do “companheiro de redação Carlos Gomes” que era “simpathico ao movimento” e “fez ver que 50% de augmento como pediam alguns, era demais, attendendo que em S. Paulo os operarios se contentaram com 20%” (A COMARCA, 1917a, p. 1, c. 4). Pode-se perceber que de alguma forma a imprensa catarinense, assim como no caso paulista, manteve um papel de mediar entre os interesses operários e os interesses dos patrões, semelhante ao comitê de jornalistas.

2 - Joinville

O movimento grevista das classes proletarias, como ha dias vimos prevendo, alastra-se por todo o paiz.

Esse formidavel movimento que explodiu quasi a um só tempo, nos principais centros industriaes do Brasil, é a consequencia da miseria que reina nas classes proletarias. [...] a sociedade Operaria Joinvillenses delegou poderes a

uma comissão, afim de entender-se com os chefes das principais firmas industriais sobre o aumento de salario (A COMARCA, 1917a, p. 1)

Dia vinte e nove de julho de 1917, cerca de treze dias após do pico do movimento grevista em São Paulo, mas também durante diversos outros pontos de greve, é matéria de capa do jornal *A Comarca*, jornal de circulação em Joinville, o tema da greve geral. A precária situação de vida era uma constante no Brasil, a inflação sobre as mercadorias básicas de alimentação transformavam a situação do povo brasileiro num grande problema. A presença de dificuldades de vida, como se locomover, morar e se alimentar era uma temática presente nos jornais brasileiros, em Santa Catarina não era diferente. Os quatro jornais escolhidos para a discussão que segue (*A Comarca*, *O Dia*, *O Estado* e *Gazeta do Comercio*), apresentam seguidas matérias que ocupam a primeira folha do jornal, em muitas das vezes com um grande título em destaque falando sobre a questão da “Carestia de Vida”, forma de usada para definir a falta de bens essenciais à sobrevivência.

Na sexta anterior, vinte e sete, os operários joinvilenses, por convocação da sociedade Operaria Joinvillenses, se reuniram para discutir quais seriam suas demandas. À alguns dias, ao que se indica nos jornais, os patrões já haviam percebido a movimentação e o possível ânimo dos operários para entrar em greve, como sempre destacado, mesmo quando o jornal condena frontalmente os grevistas, em decorrência da piora das condições de vida. Como alguns estudos apontam, muito do movimento grevista de 1917 surgiu mais resultado da dificuldade de viver do que das condições de trabalho por si. Era final de tarde, após o expediente de trabalho, no Cinema Floresta, os jornais *O Estado* (1917k, p. 1, c. 4) e *Gazeta do Comercio* (1917a, p. 1, c. 5) relatam uma concentração de 600 a 800 operários, começava a reunião que deliberaria o início do movimento grevista no estado catarinense. Nos dias anteriores os patrões já haviam proposto o aumento de 20% nos salários dos operários, visando evitar a greve, contudo a comissão representativa instituída, pela sociedade Operaria Joinvillenses, realiza esta reunião. Lá, ao que consta, houve uma longa e acalorada discussão. Segundo o que podemos perceber, por elementos expostos nos jornais, é que era possível que lá estivessem pessoas oriundas de outras localidades do país já que a imprensa fazia sempre questão de deixar a informação da presença de pessoas “alheias”, de “elementos estranhos” aos operários, aos quais era atribuída ao anseios da perturbação da ordem e da normalidade. Diferentemente dos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, e dos boletins relatando o movimento operário de outros estados nos jornais daqui, a atribuição de culpa à desordem e quebra da “natureza ordeira” dos operários não era atribuída aos anarquistas, as caracterizações acima expostas não vi-

nham acompanhadas de outras qualificações.

Figura 3 - Jornal O Estado - 29 de julho de 1917

O ESTADO
JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO EM SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
Florianópolis-Domingo, 29 de Julho de 1917

ANNO III N.º 248000 - Semanale 120000
PREÇO AVULSO DE RS. 100

Redação e Impressão: Rua Joaquim Caetano 93
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

OS DIAS
Amanhã é domingo. É o dia de descanso para a maioria das pessoas. Mas para quem trabalha, é um dia de luta e de sacrifício. O trabalho não para, e a vida continua a correr. É preciso aproveitar cada minuto para descansar e recarregar as energias para o dia seguinte.

Os nossos poetas
TENEBROSO
A luz não vem nunca mais...
Os olhos procuram a sua presença
E choram de saudade e de saudade,
Mas não há mais luz no mundo,
Nem mais vida de amor e de esperança.

No Senado
O Acordo
S. Catharina-Paraná
O acordo entre os Estados de Santa Catarina e Paraná é um passo importante para a união das duas regiões. O acordo prevê a criação de uma comissão mista para estudar as questões comuns às duas regiões e buscar soluções para os problemas que afetam ambas.

Dr. Abdou Haptista
Em Joinville
Van reberlar a greve
A greve em Joinville é um exemplo de luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Os grevistas exigem aumento salarial e melhores benefícios. A greve está sendo conduzida de forma pacífica e organizada.

Comunicação no Senado
Senadores que
presidiram
O Senado Federal realizou uma sessão extraordinária para discutir a situação política do país. Os senadores apresentaram propostas para a resolução dos problemas nacionais e a melhoria da situação econômica.

A greve no Rio
A greve em Rio de Janeiro é a mais recente das lutas dos trabalhadores brasileiros. Os grevistas exigem aumento salarial e melhores condições de trabalho. A greve está sendo conduzida de forma pacífica e organizada.

PRZS BODGE
PHOTOGRAPH
Cenário político e noticiário
Rua Direita n. 15.

Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018. *Grifos meus*.

Os operários que se encontraram em assembleia, como resultado de suas discussões, apresentam suas demandas, sendo somente uma perceptível nos jornais pesquisados. Exigiam um aumento salarial de mais ou menos 30% (GAZETA DO COMMERCIO,1917a, p. 1, c. 5), por volta de 1\$000 diários (O ESTADO, 1917k, p. 1, c. 4), chegando a ter propostas de 50% aumento na assembleia (A COMARCA, 1917a, p. 1, c. 4). Contudo, Iara Costa (1996, p. 156)

aponta que haveria outras duas demandas, jornadas de 8 horas de trabalho e o ordenado mínimo de 4\$000 para trabalhadores auxiliares. Como a proposta inicial dos patrões não atendia os seus interesses decidiram entrar em greve na próxima segunda-feira, dia 30 de julho. “Aderiram á greve várias categorias, inclusive ferroviários, mecânicos, pedreiros, carpinteiros, cervejeiros, operários de fábrica de fósforos, costureiras e padeiros” (COSTA, 1996, p. 149).

Colocando frente as pautas que encontramos como as mais presentes no movimento operário nacional podemos perceber uma significativa diferença, enquanto em outros locais a lista era mais longa e ampla, fazendo menção a questões relativas a moradia e transportes, os operários de Joinville apresentaram uma demanda enxuta. Como para a pesquisa foi possível o acesso apenas à jornais relacionados aos grupos político econômicos que disputavam o poder regional, não pode-se descartar a possibilidade de outras demandas dos operários. Nesse sentido, Iara Costa (1996, p. 153) discute como o jornal *Gazeta do Commercio* trata da questão das condições de vida dos operários, no artigo “A Greve” do dia quatro de agosto, onde afirmavam que as acusações aos patrões e ao governo local eram absurdas, para em seguida defender que as condições de vida dos operários joinvilenses não poderiam ser comparadas à outros estados, visto que “a maioria delles têm casa própria” e que “as modestas casas operarias têm seu jardim e terreno ao lado” (GAZETA DO COMMERCIO, 1917b, p. 1, c. 4), em oposição as condições de moradia dos operários em outras cidades que morariam em “espe-luncas”. Algo que poderia indicar que os anseios operários eram maiores do que foi apresentado pelos jornais. No mesmo artigo que é escrito pós o movimento grevista, mas tratando das demandas e de uma avaliação do processo, demonstra que a questão da moradia possivelmente seria um problema, quando ressalta a possibilidade de construção de casas para operários próximo as fábricas para facilitar a locomoção dos mesmos.

Figura 4 - *Jornal Gazeta do Commercio* - 4 de agosto de 1917

cidade. Iara Costa (1996, p. 147) ressalta que o operariado joinvilense apresentava-se dividido devido as diferenças culturais, que atrapalhavam sua organização e identificação como classe. Os patrões costumavam a ser teuto-brasileiros e na relação com os operários de mesma descendência era comum o clientelismo e a cooptação. Os “patricios”, como chamava os trabalhadores de origem brasileira o jornal *A Comarca* (1917b, p. 1), ao discutir questões relativas a carestia de vida, no dia cinco de agosto, mantinham relações socioculturais, por vezes, bastante distintas dos operários de origem germânica, essas diferenças e o modo como os grupos de poder às usavam contribuíram para essas dificuldades.

O jornal *A Comarca* (1917b, p. 1), dedica toda a primeira primeira página do dia cinco de agosto para comentar sobre a carestia de vida e a greve em Joinville, são dois artigos. No primeiro, denominado “Caminho do campo”, ele relaciona a carestia de vida ao êxodo rural, a baixa da produção decorrente do êxodo e a dificuldade encontrada pelos “nossos patricios” no trabalho no campo. No segundo faz um relato da greve, onde exalta os bons patrões, a ordem dos operários locais e reclama do início da greve, tratando os operários como “mal orientados”. A discussão acerca da produção rural estabelece um diálogo com a experiência paulista da passagem da monocultura para a policultura, segundo Oil do Val, assinante deste artigo, referenciando-se ao estudo sobre a greve e a produção rural de Veiga Miranda. Na sua discussão dá à entender que o problema da carestia de vida se reduzia em São Paulo com essa passagem, além de diversificar a economia. Para Oil, a indústria a ser preservada não era a urbana, mas sim a “indústria dos campos”, já que considerava que havia protecionismo e concessões em excesso para as indústrias. Faz apelos à um saudosismo da vida do campo, indicando que esta seria a “digna profissão dos homens livres”. O artigo “Caminho do campo” procura dar respostas à solução das dificuldades de vida dos operários ao exaltar e indicar a vida rural como a solução para estes problemas, espelhando-se em São Paulo. Contudo, levando em consideração apenas o ponto sobre a condição de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo, o qual seria o “padrão a imitar pelos demais Estados”, a defesa exposta não condiz com a realidade paulista, afinal o movimento grevista também se estendeu ao interior do estado. O grande problema da falta de itens básicos para a alimentação deu-se pela prioridade de exportação durante a Primeira Guerra Mundial, mesmo que a questão da produção agrícola não ser diversificada, por causa do foco exportador, também gerar impactos significativos no fornecimento de itens alimentares no mercado interno.

A questão dos gêneros alimentares, que foi uma dos pontos mais significativos para o estopim grevista, também foi debatida pelos jornais em Santa Catarina. Os operários em São Paulo e no Rio de Janeiro comumente reclamaram da explosão inflacionária nos preços além

da falsificação de alimentos, sendo estas pautas de suas reivindicações. Em Joinville a questão dos preços dos alimentos também faziam parte dos problemas enfrentados pelo povo, tanto que no dia vinte e oito de julho, o jornal *Gazeta do Commercio* traz dados inflacionários gerais sobre os produtos gêneros primários, enquanto informa sobre a realização da assembleia do dia anterior. Para o jornal

é verdade que a actual situação dos trabalhadores, principalmente dos jornaleiros não corresponde as suas necessidades. Os preços dos generos de primeira necessidade augmentaram com 100 à 200% em quanto os salarios continuam como outr'ora, sendo impossível que um trabalhador possa sustentar sua família com isso (GAZETA DO COMMERCIO, 1917a, p. 1, c. 5).

Assim como em outros estados a situação inflacionária e a estagnação salarial eram um grande problema. Numa média geral dos preços de gêneros básicos a inflação entre os estados da federação é constante, apesar de no caso paulista alguns itens chegarem à média de aumento de 300%. Nesse sentido um ponto que diferenciaria a carestia de vida entre os estados seria das formas distintas, para além da compra resultado do salário, de se conseguir esses produtos básicos à sobrevivência. Como aponta Guilherme Jorge (2007, p. 16) os trabalhadores catarinenses estavam em uma situação diferenciada dos das grandes cidades, aqui quando instalam-se as primeiras fábricas surge uma “nova fonte de renda para esses colonos e vemos grande parte deles se aventurando a trabalhar nas fábricas de tecido, carvoeiras, olarias, cerâmicas e outras indústrias ainda consideradas artesanais” já que os imigrantes “acabavam buscando novas fontes de renda, pois com pequenas porções de terra conseguiam plantar e criar animais apenas para a própria alimentação. Faltava dinheiro para melhorias orçamentárias como a compra de novas parcelas de terra, animais e a construção de casas para seus filhos recém-casados”, o que pode-se perceber é que determinadas demandas não possuíam o mesmo peso que em outras localidades, porém apresentavam um peso no cotidiano dos trabalhadores catarinenses. Provavelmente, tomando esse cenário, que o jornal *A Comarca* (1917b, p. 1, c. 1-3), no artigo “Caminho do campo”, discutia a questão da produção e valorização da produção agrária, mesmo que apelando à um certo saudosismo, como já apontado anteriormente. Assim como a questão da moradia, que também foi discutido antes sobre o artigo “A Greve”, em *Gazeta do Commercio* (1917b, p. 1, c. 3-5). Em ambos os jornais há uma negação a necessidade da greve, apesar de dar indícios que as demandas e dificuldades dos trabalhadores eram maiores do que admitem ser. Mas o jornal *A Comarca* vai mais longe, crítica os operários por que-

rerem melhores condições de vida sendo que no campo precisam de trabalhadores, comenta assim “enquanto a agricultura precisa de operários, elles nas cidades querem obrigar os patrões a forçar a insophismavel lei economica, segundo a qual a abundancia de productos (que nesse caso seriam os braços) fará baixar o seu preço” (A COMARCA, 1917b, p.1, c. 3). Sob a justificativa da “lei” da oferta e demanda procuram dar subsídio a crítica a greve operária, num artigo posterior ao fim desta.

Pode-se perceber que há aspectos gerais que afligem os trabalhadores catarinenses que dizem respeito a uma condição generalizada dos trabalhadores brasileiros. Aspectos relacionados à transporte, alimentação, moradia e trabalho aparecem também como demandas do movimento grevista joinvilense. As questões específicas dessas demandas necessitam um aprofundamento mais amplo na questão catarinense, porém pode-se perceber que estes problemas também eram aspectos que infligiam no cotidiano do estado. As matérias sobre a carestia de vida não dizem respeito apenas a cidade de Joinville, elas tratam de forma ampla a questão, como uma realidade dos trabalhadores no estado.

Observar as demandas do movimento grevista é mais facilitada pelos jornais regionais, mesmo *O Dia* não dá muito espaço para apresentar as questões de forma explícita, quando trata da carestia de vida procura colocá-lo como uma preocupação já existente por parte da administração pública, neste caso federal. Tanto que com o início da mobilização operária em Joinville a matéria que sai no jornal já vem apontar propostas para solucionar o problema, procurando evitar a greve, pois o “fermento anarchico que ali [São Paulo] se produz tende a se espalhar por todo o paiz” e a explosão de novas greves “poderá produzir consequencias muito graves” (O DIA, 1917n, p. 1, c. 3). Essa preocupação de Paulo Frontin, senador pelo Distrito Federal, conjuntamente à uma proposta de alteração da política de exportação, importação e taxaço de impostos, vai ao encontro do papel que *O Dia* propôs-se a fazer em relação a greve em Joinville.

Como citado anteriormente havia uma preocupação e uma caracterização da responsabilidade pelo estopim dos movimentos grevistas na conta do anarquismo. O termo “fermento anarchista” caracteriza muito bem essa preocupação, a percepção que havia um “fermento”, algo que expandia significativamente as paixões e ódios das massas trabalhadoras, demonstra o tamanho da preocupação do que poderia refletir o movimento iniciado no estado de São Paulo. Cabia utilizar de todos os meios possíveis para evitar que isso acontecesse.

Para evitar que a greve se expandisse, como apontado em todos os jornais estudados, os patrões, de antemão, propuseram ao um amento de 20% nos salários para evitar a greve (A COMARCA, 1917a, p. 1, c. 4; O DIA, 1917n, p. 1, c. 2; O ESTADO, 1917j, p. 1, c. 2; GAZE-

TA DO COMMERCIO, 1917a, p. 1, c. 5). Como dito logo acima, a demanda era em torno dos 30% de aumento e os operários entraram em greve. Os avisos da repressão policial também fizeram parte desses meios para evitar a greve, contudo nem a proposta dos patrões nem os relatos da repressão em São Paulo e Rio de Janeiro, com relatos mais brandos, nem com os relatos sobre Rio Negro e Curitiba, no Paraná, que relataram com elogios a repressão, foram suficientes para frear o ímpeto por uma melhora de vida para os operários de Joinville.

Foram três dias de greve, mas foram suficientes para demonstrar o que queriam os grevistas, dada suas condições de vida, dada a repercussão dada pelos jornais, “sempre se referindo aos ânimos exaltados, de agitadores que se identificavam com o movimento vindos de outras regiões” (COSTA, 1996, p. 153). Dada a falta de jornais, folhetos e afins do movimento grevista as únicas informações que conseguimos extrair dos acontecimentos durante os três dias de greve se resumem à que a maioria das fábricas ficaram paradas (O DIA, 1917p, p. 3, c. 5) e que foi mobilizado um contingente significativo das forças públicas e civis para garantir a ordem, polícia e auxílio do Tiro 226 (COSTA, 1996, p. 154; O DIA, 1917p, p. 3, c.5; O ESTADO, 1917l, p. 1, c. 1; GAZETA DO COMMERCIO, 1917b, p. 1, c. 4). Essa mobilização de forças públicas e civis teve “grande importância neste movimento paredista⁹, tanto nas medidas preventivas contra eventuais depredações, como força repressora do movimento”, a “polícia julgava como indivíduos perigosos, os incitadores de greves de qualquer tipo, por subverterem a ordem social e perturbarem o trabalho livre”, já que a “palavra chave era "Ordem" que dentro do comportamento liberal era necessária, pois garantia a manutenção da tão desejada "paz" para que o progresso pudesse ter continuidade” (COSTA, 1996, p. 154).

Figura 5 - Jornal *O Estado* - 1º de agosto de 1917

⁹ Movimento paredista é um tipo de movimento grevista marcado pela característica de que o(s) líder(es) não se colocam em posição de serem identificados.

O ESTADO

JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO EM SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
Florianópolis-Quarta-feira, 1 de Agosto de 1917

A greve em Joinville

A cidade está calma

O POLICIAMENTO

NOTA INTERESSANTE

Joinville, 31.—A cidade está calma. O policiamento é bom. O fim da greve trouxe o retorno normal da cidade. A ordem pública é mantida. A cidade está calma. O policiamento é bom. O fim da greve trouxe o retorno normal da cidade. A ordem pública é mantida.

Jeremias Coelho

Herdeiro do fundador da Imprensa Catarinense

Um comitê promotor da imprensa catarinense, presidido por Jeremias Coelho, reuniu-se para discutir a situação da imprensa local. O comitê decidiu promover uma reunião pública para discutir a situação da imprensa local.

A greve no Rio

Atividade

Na cidade do Rio de Janeiro, a greve dos trabalhadores continua. A situação é tensa. Os trabalhadores exigem melhores condições de trabalho e salários.

Vida Social

Atividade

Na cidade de Florianópolis, a vida social continua normal. Há muitas festas e eventos. A comunidade está unida.

Notas religiosas

Atividade

Na cidade de Florianópolis, a vida religiosa continua normal. Há muitas missas e eventos religiosos.

A Pátria e o Sorriso

De Adão Batista

Quando se fala em pátria, todos sorriem. A pátria é o lar, o lugar onde nascemos e onde queremos viver. Ela é o nosso orgulho e o nosso amor.

Chegada a Joinville

De Adão Batista

Hoje chegou a Joinville um grupo de viajantes. Eles vieram de uma viagem de negócios. Todos estão bem e felizes.

O advogado de Fátima Coimbra

De Adão Batista

O advogado de Fátima Coimbra está trabalhando duro para resolver o caso. Ele é muito dedicado e honesto.

O Acordo

De Adão Batista

Um acordo foi assinado entre as partes envolvidas. Todos estão satisfeitos com o resultado.

Os carções de 40

De Adão Batista

Quarenta pessoas foram presas por um crime. Elas estão sendo mantidas em prisão preventiva.

Desporto

De Adão Batista

Houve uma partida de futebol entre duas equipes locais. O jogo foi muito emocionante.

Imposto sobre vencimentos

De Adão Batista

O imposto sobre vencimentos está sendo cobrado normalmente. Não há problemas.

Na Câmara

De Adão Batista

Na sessão da Câmara, foram discutidos vários projetos de lei. A reunião foi produtiva.

Os navios alemães

De Adão Batista

Dois navios alemães foram vistos no porto. Eles estão sendo monitorados.

Viagens

De Adão Batista

Alguns viajantes estão retornando de suas viagens. Eles trouxeram muitas novidades.

PRINZ SOARES
FOTOGRAFIA
Sucesso político e militar
Rua D. Pedro II, 16

Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciacsc.sc.gov.br/oestadofp-olis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018. *Grifos meus.*

Findada a greve as felicitações pelo término desta são um elemento constante nas matérias dos jornais, pois acabara o que “anormalizou a vida” (GAZETA DO COMMERCIO, 1917b, p. 1, c. 3) de Joinville, a ordem estava restabelecida. Para dar suporte ao discurso que comemorava o fim da greve os jornais utilizaram de alguns elementos que sustentavam este. Os apelos a natureza ordeira e honesta dos joinvilenses foram um elemento frequente, para o *Gazeta do Commercio* (1917b, p. 1, c. 4) o “nosso operario, aqui nascido e radicado por laços de família e interesses é, em geral, ordeiro e honesto”. No *A Comarca* a característica ordeira do povo de Joinville era o contraponto a “atitude revolucionaria” do operariado em São Pau-

lo e Rio de Janeiro, “felizmente, não foi perturbada a ordem, graças ao espírito ordeiro que sempre tem guiado o nosso povo” (A COMARCA, 1917b, p. 1, c. 4). Para contrapor a ordem “nata” do povo de Joinville os jornais buscaram atribuir a responsabilidade da greve na conta de agitadores, locais, como nos ataques à Plácido Gomes, assim como de elementos externos do movimento operário local (COSTA, 1996, p. 154). No jornal *O Dia*, dia primeiro de agosto, tentando distanciar a desordem (elementos estranhos) da ordem (povo de Joinville), tomando como suporte uma concepção racista, atribuem o início da greve à “intimação de um grupo em grande maioria composto de homens de côr, que hontem andou de porta em porta ameaçando de assalto caso não chegassem a accordo” (1917p, p. 3, c. 5). A atribuição da desordem relacionava elementos para desacreditizar o movimento grevista, como aponta Iara Costa, falando de um comentário feito no jornal *Kolonie Zeitung*, “as notícias da greve continuaram, com comentários jocosos, sugerindo infiltrações de elementos estranhos ao movimento, principalmente anarquistas de Curitiba e que se houve baderna, esta não foi feita pelos alemães e sim por “pretos desordeiros”” (COSTA, 1996, p. 151). Como apontam Francisco Foot e Victor Leonardi em “História da Indústria e do Trabalho no Brasil”, ao “nível ideológico, predominava [...] o preconceito de ranço escravista contra o trabalho manual” (1982, p. 193), nada melhor que cultivá-lo para além das elites e difundi-lo como ideologia de forma ampla as demais classes sociais.

Outro aspecto, pelo qual houve felicitações pelo fim da greve, está apontado no jornal *O Dia*, havia uma preocupação que a greve gerasse problemas pelo estado, diz: “Muito nos alegra esse telegrama [recebido pelo Governado de Santa Catarina e publicado no jornal], comunicando haver volvido à calma completa a cidade de Joinville, de cuja paralysação industrial gravemente iria resentir-se o Estado inteiro” (1917q, p. 1, c. 1). Contudo, possivelmente, apesar da característica de ocupação territorial em Santa Catarina ser majoritariamente rural¹⁰, pode-se supor que havia a preocupação que esse ressentimento também fosse seguir no sentido dos trabalhadores catarinense fazerem-se sentir as condições de vida sob os quais estavam submetidos, podendo abrir espaço para novas greves no estado, como aconteceu. Contudo o jornal *O Estado* não adota um clima de comemoração, faz um elogio as medidas adotadas pelo Estado e pelos patrões, sendo estas “medidas energicas” que, finalizando o parágrafo de abertura da matéria, graças à essas medidas, “considera se fracassada a greve nesta cidade”

¹⁰ Segundo dados do Censo Demográfico de 1950 Santa Catarina possui uma população de 1.560.502, sendo que 1.197.785 da população vive em situação rural, segundo classificação do censo, o que representa 76,75% da população do estado. O que permite, apesar dos mais de 30 anos entre o censo e 1917, afirmar que a população de Santa Catarina era majoritariamente rural naquele momento. Ainda, segundo o levantamento 293.390 pessoas viviam em situação urbana e outras 93.327 em situação suburbana.

(1917m, p. 1, c. 3-4), o que novamente reforça o combate franco adotado pelo jornal as demandas populares. O elogio a garantia do fracasso era justificada pelo motivo da greve não ter fundamentos de existir, como já comentado anteriormente. Em todos os jornais a noticiasse que os operários que não voltassem ao trabalho imediatamente, após deliberado o fim da greve, seriam demitidos. Também levando em conta que todos os jornais também noticiaram que os dias de greve seriam descontados, pode-se deduzir que a garantia do direito de greve, que em parte foi garantida em outros estados, foi um ponto que sequer passou perto de ser garantido, mesmo que num acordo informal entre os trabalhadores e os patrões.

Há um ponto importante, que foi tratado brevemente, foi da participação civil na garantia da ordem. O Tiro 226, um clube de tiro para militares e civis, onde esses clubes eram parte da campanha por um “Brazil Militarizado” que costumava aparecer nos jornais, segundo Iara Costa (1996, p. 228) “era encarado como um atestado vivo e exuberante da força do povo joinvilense, por ostentar sua disciplina e lições de civismo”. A íntima ligação com membros do exército e o apregoamento do civismo e da ordem fez do Tiro 226 um aliado importantíssimo na repressão prévia, durante e após a greve de 1917. Era importante para a garantia da ordem estabelecida a manutenção e fortalecimento desse tipo de relação, as elites brasileiras, assim como as catarinenses, preferiam não arriscar seus interesses, então fizeram da repressão, tanto objetiva como subjetiva, uma das bases da política institucional (FOOT;LEONARDI, 1982, p. 193).

Após o fim da greve em Joinville os jornais não deixaram passar batido a importância do Tiro 226. Desde deliberada a greve este foi convocado para auxiliar as forças militares, não há muitos detalhes nos jornais sobre a atuação deste, contudo é comum o elogio ao trabalho prestado. O *Gazeta do Commercio* em matéria de avaliação sobre o processo grevista exprime a importância do Tiro 226 nas atividades da repressão, para o jornal o “Tiro 226 prestou relevantes serviços, sobretudo no patrulhamento e guarda de edifícios” e completa, em grandiloquente elogio,

O Dr. Superintendente municipal telegraphou ao Sr. General Commandante da Região Militar comunicando que o Tiro 226 havia sido um prestigioso elemento para a manutenção da ordem e officiou ao Presidente da mesma Companhia de Guerra e ao seo Instructor agradecendo o valioso concurso a causa da ordem (GAZETA DO COMMERCIO, 1917b, p. 1, c. 4).

Entre os jornais o *Gazeta do Commercio* foi o que mais deu vazão aos elogios ao trabalho do

Tiro 226, os demais admitem a importância, mas nenhum deles emprega a mesma ênfase que este. No dia onze de agosto, à mais de uma semana findada a greve, o jornal apresenta um boletim onde expõe o elogio do governador do estado para o Tiro 226, segue:

O Exmo. Sor. Coronel Felipe Schmidt, Governador do Estado, passou ao sor. 1. Tenente Antonio Guilhoe, instructor do Tiro 226 o seguinte relogramma :

Sciente attitude brilhante Tiro 226 durante greve ahí, tenho maior satisfação agradecer relevantes serviços prestados briosos atiradores felicitando vos disciplina e correção dessa patriótica Instituição que tão nobremente se compenetra comprimento dever civico. Cordeses saudações (Assignado) Felipe Schmidt, Governador (GAZETA DO COMMERCIO, 1917c, p. 2, c.1).

Assim como no exemplar seguinte, dia dezoito de agosto, publica outro elogio, mas agora vindo de São Paulo, assinado pelo “*1. Tenente Espindola Encarregado Serviço Linhas de Tiro*”. É perceptível a posição adotada pelo jornal, apesar de abrir um diálogo com os operários, o interesse real, assim como dos outros jornais, era que mantivesse-se a ordem.

Nesse processo de avaliação do processo grevista os jornais procuraram justificar por diversos meios os motivos pela precária condição de vida que os trabalhadores enfrentavam. Para a elite local o principal problema seria o “jogo do bicho” (GAZETA DO COMMERCIO, 1917b, p. 1, c. 5), que retirava boa parte dos rendimentos dos trabalhadores, o que por fim servia para negar a real condição de vida daqueles trabalhadores (COSTA, 1996, p. 154).

Por fim, acabada a greve houve dois resultados da mobilização dos trabalhadores. Primeiramente, o aumento salarial que se propôs, na faixa do 30%, não foi alcançado, e, ao que tudo indica, as duas outras demandas também não foram. Acabaram aceitando a proposta de 20% de aumento salarial, mas houve uma outra medida tomada para dar resposta as dificuldades de vida vividas pelos trabalhadores. Foi criada uma Cooperativa Alimentar, a qual os operários organizariam a venda de bens básicos. Enquanto a cooperativa não estivesse organizada os patrões que possuíssem armazéns se comprometeram a vender itens alimentares de primeira necessidade pelos preços de custo. Foi uma forma encontrada para reduzir os custos da reprodução da vida dos trabalhadores joinvilenses.

No que diz respeito à essa cooperativa é que me parte a dúvida se a demanda de remuneração foi a única colocada em pauta pelo movimento grevista. Como apontado logo ao início desse subtítulo, haveriam três demandas e apenas a demanda relativa ao aumento salarial

foi conquistada, mesmo que tenha sido apenas a da proposta patronal. Propôr uma Cooperativa Alimentar e inicialmente vendas a preço de custo pode ter sido uma manobra para frear o movimento e manterem apenas o aumento previamente previsto, contudo há possibilidade significativa de a pauta dos preços inflacionados de bens básicos estarem como pauta do movimento e, se não como pauta oficial, serem uma reivindicação que dava ânimos a movimentação dos trabalhadores. Obviamente, seria importante para os jornais, como representantes de grupos de interesses, não expor totalmente as demandas do movimento e assim evitar dar fôlego aos grevistas.

Nos dias seguintes ao fim da greve em Joinville os ânimos pareciam ter arrefecido em Santa Catarina, assim como em outros estados. Contudo após alguns dias houve duas novas movimentações grevistas no estado.

3 - *Lumber Company* e Laguna

Para tratar sobre a greve ocorrida na *Lumber Company* precisa-se levar em consideração que era uma empresa, ou um grupo empresarial pertencente ao *Sindicato Farquhar*, que atuava na região do planalto norte catarinense e sul paranaense (TOMPOROSKI, 2008). Logo a localização exata da greve ocorrida no ano de 1917 fica comprometida, ainda por se tratar de uma região que foi disputada territorialmente entre Paraná e Santa Catarina, conhecida como Contestado, mesmo assim o que se indica é que tenha ocorrido greve no município de Três Barras, então pertencente à Canoinhas. Durante 1917, mesmo com o acordo firmado em 1916, ainda havia uma grande instabilidade na região e nesse processo de instabilidade, como resultado da disputa territorial entre os estados e da Guerra do Contestado, emerge um movimento grevista na região.

Como salienta Alexandre Tomporoski, no artigo “Ideias em movimento: Mobilização e luta dos trabalhadores da *Lumber Company* nas páginas de “A Plebe”, 1917-1919”, a

distância não impediu uma expressiva circulação de idéias (e mesmo de militantes) das diferentes correntes ideológicas que compunham o movimento operário do período. Um exemplo desse contato é a presença de militantes anarquistas no planalto norte de Santa Catarina e Sul do Paraná, onde, além de estabelecerem importante interlocução com militantes de São Paulo e de outras regiões do país, promoveram a difusão da propaganda libertária pela região e participaram ativamente da greve deflagrada na *Southern Brazil*

Lumber and Colonization Company, no ano de 1919 (2008, p. 1).

Mesmo que a pesquisa dele venha à comprovar uma participação efetiva de militantes apenas na greve de 1919 pode-se colocar uma hipótese importante em vista. Quando tratou-se da conjuntura brasileira e do desenvolvimento operário no primeiro capítulo uma das questões que procurou-se deixar claro foi que a militância política organizada, a presença de correntes distintas no movimento operário, não foram construídas às pressas para a deflagração de uma greve no ano de 1917. Como apontado, há um trabalho político desenvolvido desde o final do século XIX. Logo, imagino que é possível inferir que havia algum trabalho político organizado na região previamente ao ano de 1917. Vale destacar mais uma informação presente no mesmo artigo de Alexandre Tomporoski, que dá subsídio a essa hipótese levantada, diz:

O município de Palmeira dista pouco mais de uma centena de quilômetros de Três Barras e foi o local de fundação da Colônia Cecília, uma das primeiras manifestações anarquistas no Brasil. A colônia foi fundada em 1890 e sobreviveu por quatro anos. Alguns ex-colonos ingressaram na imprensa libertária, entre eles Gigi Daminani, que compôs muitos jornais anarquistas na cidade de Curitiba e mais tarde em São Paulo. Gigi integrou o comitê da greve geral de 1917, mesmo ano em que ajudou a fundar “A Plebe”, no qual trabalhou até 1919, quando foi expulso do país (2008, p. 5).

A greve ocorrida na região só foi noticiada estadualmente pelo jornal *O Dia*, dia sete de agosto. Sendo uma matéria que tratava sobre a sanção do acordo sobre o Contestado, onde o senador Hercilio Luz comentava sobre acordo. Perguntado sobre agitações no Contestado, responde:

Não tem importancia.

O governador do meu Estado tem telegraphado a respeito.

É uma greve do pessoal da Lumber, que não tem caracter repressivo contra o accordo. Tudo mais são explorações que hão de cessar deante do applauso unanime com que o paiz festeja a solução, inspirada pelo patriotismo do sr. presidente da República (O DIA, 1917u, p. 3, c. 4).

Fica evidente que para os dois principais jornais do estado não havia interesse de dar vazão à mais um movimento grevista no estado, ainda mais se tratando da região do Contestado. Con-

tudo, segundo a pesquisada realizada por Tomporski (2008, p. 7), na nota de rodapé número 20, pode-se perceber que o jornal *O Timoneiro do Norte*, do município de Canoinhas, já noticiava no dia vinte e cinco de julho a atividade grevista na região, onde admite que o movimento grevista de São Paulo tinha influência sobre a greve operária na *Lumber Company*.

Infelizmente as informações e fontes são poucas e o que conseguiu-se sobre o movimento grevista nessa região é o apresentado até aqui. Essa questão da limitação das fontes e informações também diz respeito ao município que também este subtítulo.

Houveram apenas três menções encontradas sobre a greve na cidade de Laguna. Duas no jornal *O Estado* e uma no *O Dia*. Por não haver mais fontes e material bibliográfico para consulta replicarei, em ordem cronológica, os três boletins sobre a greve em Laguna. Boletim de *O Estado*, dia doze de agosto:

Greve na Laguna

Os estivadores

Laguna, 11 - Os estivadores marinhos e terrestre declaram se em greve pacífica.

Desejam elles augmento de salario de 2\$500 diarios para 4\$000 reis.

O commercio devido essa resolução está paralyzado.

Laguna, 11 (20, 40)-Os negociantes reunidos resolveram pagar 3\$500 rs, augmentando assim, mil reis diarios.

Os grevistas, porem, persistem na proposta de 4\$000 e ameaçam alguns dos seus companheiros que querem fazer amanhã a descarga de vapores.

Esperase forsa policial para manter a ordem (O ESTADO, 1917r, p. 1, c. 4).

No dia catorze de agosto *O Estado* publica:

A greve na Laguna

Laguna, 13-Os grevistas aceitaram as propostas dos commerciantes que são as seguintes: tres mil e quinhentos diarios; aos domingos, 7\$000.

Os excessos por hora em trabalho ficaram taxados em \$500 em dias uteis 1\$000 aos domingos.

O trabalho recommçou.

A cidade volta á calma habitual (O ESTADO, 1917s, p. 2, c. 2)

Já o jornal *O Dia* só apresentou a primeira notícia após o fim da greve, no dia dezes-

seis de agosto, após três dias findada. Segue boletim: “O sr. José Hygino de Santiago, delegado de policia da cidade da Laguna, communicou ao sr. dr. chefe de policia que a greve dos estivadores daquela cidade terminou a [inlegível] o corrente, sem haver perturbações da ordem publica (O DIA, 1917x, p. 5, c. 5).

Brevemente o que pode-se perceber, ao menos pelas demandas e pelo resultado da greve é que os estivadores de Laguna obtiveram uma melhoria salarial proporcionalmente mais significativa que os joinvilenses. Seu salários diários aumentaram na faixa dos 40%, enquanto tinham como demanda um aumento de 60%, além de conseguirem, ao menos no acordo, proventos dobrados aos domingos trabalhados, inclusiva nas horas extras.

Como na atividade grevista em Joinville houve o envio de um contingente policial para a cidade, para a garantia da ordem. Como consta nos boletins, o envio da policia foi no sentido de garantir a ordem e, ao que indica os relatos, a situação permaneceu controlada. Assim como os joinvilenses, os estivadores de Laguna permaneceram três dias em atividade grevista.

Considerações Finais

O movimento grevista de 1917, considerado a primeira greve geral brasileira, foi um marco das lutas por condições de vida e trabalho na história brasileira. Como resultado de anos de trabalho de base de variadas correntes políticas em meio ao movimento operário e uma conjuntura que precarizava a vida do povo em geral ficaram expostos os elementos para uma ação de massas necessários para o romper desse processo.

Iniciada no estado de São Paulo e seguida pelas principais cidades do país, onde a atividade política era mais bem consolidada, inspirou diversos trabalhadores de outras localidades à se colocarem em ação. Como resultado dessa influência os municípios catarinenses de Joinville e Laguna e na região da *Lumber Company*, próximo a Canoinhas, os operários dessas localidades se colocaram à exigir melhores condições de vida, ao que parece pela pauta do aumento salarial como norte de demanda.

Assim como discutido no processo de Joinville, considero que em todos esses focos grevistas haveria uma série de problemas pelos quais foi dado o início da greve. Por mais que as fontes não indiquem como pauta outras demandas, as próprias condições de vida, que foram apresentadas anteriormente, sob as quais estes estavam submetidos devem ter gerado outras insatisfações, um indício disso foi a criação da Cooperativa Alimentar em Joinville. Os jornais estudados, sem exceção, procuravam defender os interesses dos grupos político econômico dominantes nessas regiões, afinal jornais como *O Dia* era editado pelo Partido Republicano Catharinense, que estava no governo estadual, *O Estado* era o editorial de oposição ao *O Dia*, o qual foi jornal político da futura União Democrática Nacional-UDN no estado, enquanto *Gazeta do Commercio* deixa claramente a qual grupo estava ligado.

Apesar da experiência grevista catarinense ter sido bastante isolada regionalmente pode-se considerar uma experiência importante na organização dos trabalhadores do estado. Possivelmente a experiência grevista de 1917 no estado também tenha influência o movimento operário em momentos futuros, como aponta André Rosa, os

anos da década de 1920 trariam novos ares políticos, nova movimentação social, nova atmosfera operária, etc. Tudo isso gerado por grandiosos eventos, como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, a repercussão da Greve Geral de 1917, em São Paulo, o Movimento Tenentista, a Semana de Arte Moderna etc. Enfim, o descortinar dos anos ofertaria ao movimento operário e às entidades locais novos desafios (ROSA, 2017, p. 106).

Ele tratava sobre o movimento operário em Itajaí e aponta a Greve Geral de 1917 como um dos elementos potencializadores para uma reorganização do movimento político na região. Ele limita a experiência paulista, contudo, apesar do trabalho das elites político econômicas em frear o movimento, considero a possibilidade da experiência grevista no estado e da migração entre cidades pelos operários, por perseguição política ou busca de novas oportunidades de trabalho, também ter influenciado o movimento em Itajaí. Pode-se fazer essas aproximações para outros casos, contudo acredito que esse exemplo seja suficiente.

Por fim, é difícil precisar como o movimento grevista catarinense de 1917 contribuiu com a experiência de organização da classe trabalhadora em Santa Catarina. Há a necessidade de procurar interligação entre atividades posteriores no estado com estas experiências aqui brevemente estudadas, seria um esforço que possibilitaria ter uma compreensão mais completa sobre o movimento de trabalhadores em Santa Catarina.

Bibliografia

IV Recenseamento Geral do Brasil: Censo Demográfico: Estado de Santa Catarina: seleção dos principais dados. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. 42 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_sc.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil do século XX: a Economia. In: **__ Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE; 2006. Patrocinado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>> . Acesso em: 15 out. 2018.

BATALHA, Claudio. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p.111-124, ago. 1992. Disponível em: <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3716>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BATALHA, Claudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 78 p.

BERNARDES, Mateus Pinho. **À LUTA CAMARADAS! A GREVE GERAL DE 1917 – SÃO PAULO: ENSINO DE HISTÓRIA E ANÁLISES DE CONJUNTURA ATRAVÉS DE UM JOGO DE TABULEIRO MODERNO**. 2017. 302 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Ensino de História, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180899>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. **Uma Revolta Urbana: A Greve Geral de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. 143 p. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2018/07/Revolta-Urbana-web.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BITTENCOURT, Icaro. O operariado no Brasil da Primeira República: alguns apontamentos teórico-metodológicos e historiográficos. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 1, n. 20, p.141-152, jan. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/914>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia - o Jornal o Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa ômega, 1980.

COSTA, Adailton Pires. **A HISTÓRIA DOS DIREITOS TRABALHISTAS VISTA A PARTIR DE BAIXO: A LUTA POR DIREITOS (E LEIS) DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, RESTAURANTES, CAFÉS E BARES NO RIO DE JANEIRO DA 1ª REPÚBLICA (DF, 1917-18)**. 2013. 321 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103498>>. Acesso em: 17 maio 2018.

COSTA, Iara Andrade. **A CIDADE DA ORDEM: TENSÕES SOCIAIS E CONTROLE**

(JOINVILLE 1917/1943).. 1996. 255 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. Cap. 4. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27077/D%20-%20COSTA,%20IARA%20ANDRADE.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. 650 p.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **OS DIREITOS DAS MULHER: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NO ENTREGUERRAS BRASILEIRO (1917-1937)**. 2016. 198 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/noticias/eventos/16112017>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global Ed., 1982. 416 p.

HOBBSAWN, Eric. A Revolução Mundial. In: HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. Cap. 2. p. 61-89.

HOBBSAWN, Eric. O "Novo Sindicalismo" em Perspectiva. In: HOBBSAWN, Eric. **Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra S/a, 2005. Cap. 9. p. 225-256.

JORGE, Guilherme Custódio. A greve paulistana de 1917 e suas repercussões no operariado catarinense. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p.10-22, ago. 2007. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/55>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

KHOURY, Iara Aun. **As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária**. São Paulo: Cortez, 1981.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. HISTÓRIA E IMPRENSA: A IMPORTÂNCIA E A CONTRIBUIÇÃO DOS JORNAIS NO CONHECIMENTO HISTÓRICO. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: 1964-2014: 50 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL, 14., 2014, Campo Mourão. **Anais...** . Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2014. p. 822 - 828. Disponível em: <www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/147.pdf>. Acesso em: 23 maio 2018.

LIMA, Juliana Daldegan; SANSON, João Rogério. O SURTO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO SETOR TÊXTIL A PARTIR DE 1880: BLUMENAU E BRASIL. **Heera: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Juíz de Fora, v. 3, n. 5, p.107-130, dezembro, 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/artigo_5.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **O Espírito da Revolta (A Greve Anarquista de 1917)**. 1996. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/188046/O%20esp%C3%ADrito%20da%20revolta%20A%20greve%20geral%20anarquista%20de%201917%20%28Christina%20Loprea>>

to%29.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Besanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. Cap. 3. p. 111-149.

MARSON, Michel Deliberali. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1900-1920. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, [s.l.], v. 45, n. 4, p.753-785, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-416145453mdm>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v45n4/0101-4161-ee-45-04-0753.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTEIRO, Claudia. Ferroviários em greve: relações de dominação e resistência na RVPSC. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p.9-24, jan. 2007. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br > Capa > Verão, 2007 > Monteiro>. Acesso em: 07 jun. 2018.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**: Revista do Curso de Pós-graduação em História, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p.129-153, dez. 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6150/3644>>. Acesso em: 13 maio 2018.

ROSA, André Luiz. **OPERÁRIOS DA BOLA**: Um estudo sobre a relação dos trabalhadores com o futebol na cidade de Itajaí (SC) entre as décadas de 1920 a 1950.. 2011. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Cap. 1. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95438/289910.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

ROSA, André Luiz. Porto e liberdade: o surgimento das associações operárias em Itajaí (SC) no começo do século XX. **Em Tempo de Histórias**. PPGHIS/UnB, Brasília, v. 1, n. 30, p.91-108, jan. 2017. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/download/24059/pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

SEABRA, Eliane Pires. O MOVIMENTO OPERÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1 - 13. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300152285_ARQUIVO_trabalhosemresumoanpuh.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2018.

SILVA, Michel Goulart da. **ENTRE A FOICE E O COMPASSO: IMPRENSA, SOCIALISMO E MAÇONARIA NA TRAJETÓRIA DE EVERARDO DIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA**. 2016. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174685>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

SOUZA, Danilo Rodrigues; CABRAL FILHO, Severino. O PERIÓDICO COMO FONTE

NA PESQUISA HISTÓRICA: TRABALHO E TRABALHADORES NO JORNAL “DIÁRIO DA BORBOREMA” – CAMPINA GRANDE, 1957-1980. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais...** . Natal: Anpuh, 2013. p. 1 - 13. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/27/1364645426_ARQUIVO_artigo-anpuh-danilorodriguesouza.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

STRONGREN, Fernando Figueiredo. **O movimento operário e a Greve Geral nas páginas de A Plebe**. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. GT de História e Mídia Alternativa. UnB. Brasília/DF. 2015.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p.497-517, maio 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0497.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

TOMBOLO, Guilherme; SAMPAIO, Armando Vaz. O PIB brasileiro nos séculos XIX e XX: duzentos anos de flutuações econômicas. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 39, n. 3, p.181-216, dezembro, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/31283/22683>>. Acesso em: 15 out. 2018.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Idéias em movimento: Mobilização e luta dos trabalhadores da *Lumber Company* nas páginas de “A Plebe”, 1917-1919.. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Anpuh/sp - Usp, 2008. p. 1 - 12. CD-ROM.

TORELLI, Leandro Salman. **A Defesa do Café e a Política Cambial: os Interesses da Elite Paulista na Primeira República (1898-1920)**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História Econômica, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/Torelli-Elite-pol-cambial-Unicamp.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

VIEIRA, Lucas Schuab. **A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método**. 2013. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

Fontes

a) Acervo físico da Biblioteca Pública do Estado

A COMARCA: **Folha Independente**. Joinville, 29 jul. 1917a. n. 88.

A COMARCA: **Folha Independente**. Joinville, 5 ago. 1917b. n. 89.

A COMARCA: **Folha Independente**. Joinville, 12 ago. 1917c. n. 90.

A COMARCA: **Folha Independente**. Joinville, 19 ago. 1917d. n. 91.

b) Acervo digital da Biblioteca Pública do Estado - Hemeroteca Digital Catarinense

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 11 jul. 1917a. n. 653. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 12 jul. 1917b. n. 654. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 17 jul. 1917c. n. 658. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 18 jul. 1917d. n. 659. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 19 jul. 1917e. n. 660. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 24 jul. 1917f. n. 664. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 25 jul. 1917g. n. 665. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 26 jul. 1917h. n. 666. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 27 jul. 1917i. n. 667. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 28 jul. 1917j. n. 668. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 29 jul. 1917k. n. 669. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 1 ago. 1917l. n. 671. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 2 ago. 1917m. n. 672. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 4 ago. 1917n. n. 674. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 8 ago. 1917o. n. 677. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 9 ago. 1917p. n. 678. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 10 ago. 1917q. n. 679. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 12 ago. 1917r. n. 681. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O ESTADO: Jornal de Maior Circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 14 ago. 1917s. n. 682. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1917.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

GAZETA DO COMMERCIO. Joinville, 28 jul. 1917a. n. 31. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305766>>. Acesso em: 22 maio 2018.

GAZETA DO COMMERCIO. Joinville, 4 ago. 1917b. n. 32. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305766>>. Acesso em: 22 maio 2018.

GAZETA DO COMMERCIO. Joinville, 11 ago. 1917c. n. 33. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305766>>. Acesso em: 22 maio 2018.

GAZETA DO COMMERCIO. Joinville, 18 ago. 1917d. n. 34. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305766>>. Acesso em: 22 maio 2018.

c) Acervo digital da Biblioteca Nacional Brasileira - Hemeroteca Digital Brasileira

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 7 jul. 1917a. n. 8623. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 14 jul. 1917b. n. 8629. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 15 jul. 1917c. n. 8630. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 17 jul. 1917d. n. 8631. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 18 jul. 1917f. n. 8632. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 20 jul. 1917g. n. 8634. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 22 jul. 1917h. n. 8636. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 24 jul. 1917i. n. 8637. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 25 jul. 1917j. n. 8638. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 26 jul. 1917k. n. 8639. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 27 jul. 1917l. n. 8640. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 28 jul. 1917m. n. 8641. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 29 jul. 1917n. n. 8642. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 30 jul. 1917o. n. 8643. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 1 ago. 1917p. n.

8644. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 2 ago. 1917q. n. 8645. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 3 ago. 1917r. n. 8646. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 4 ago. 1917s. n. 8647. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 5 ago. 1917t. n. 8648. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 7 ago. 1917u. n. 8649. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 8 ago. 1917v. 8650. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 9 ago. 1917w. n. 8651. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O DIA: Orgão do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, 16 ago. 1917x. n. 8656. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549>>. Acesso em: 22 maio 2018.